

Proposta do IC é destaque de suplemento

Seguindo orientação aprovada pelo Diretório Nacional, o *PT Notícias* publica nesta edição suplemento especial com a íntegra do programa econômico do Instituto Cidadania (IC).

O texto "*Um outro Brasil é possível*" foi tema de debate durante a reunião do DN, quando os economistas Aloizio Mercadante, Ricardo Carneiro, Wilson Cano, Antonio Prado e Maria da Conceição Tavares apresentaram os principais pontos do documento.

O texto, segundo seus autores, teve as resoluções do II Congresso Nacional do partido como base, apresenta propostas e como elas se inserem no Brasil e no debate interno do PT.

Após a exposição dos economistas, relatada na matéria de capa desta edição, os membros do DN aprovaram a constituição de comissão para elaborar uma proposta de cronograma para redação e discussão do programa de governo.

A comissão é composta por Luiz Dulci, Joaquim Soriano, Valter Pomar, Aloizio Mercadante e Ivo Bucaretsky.

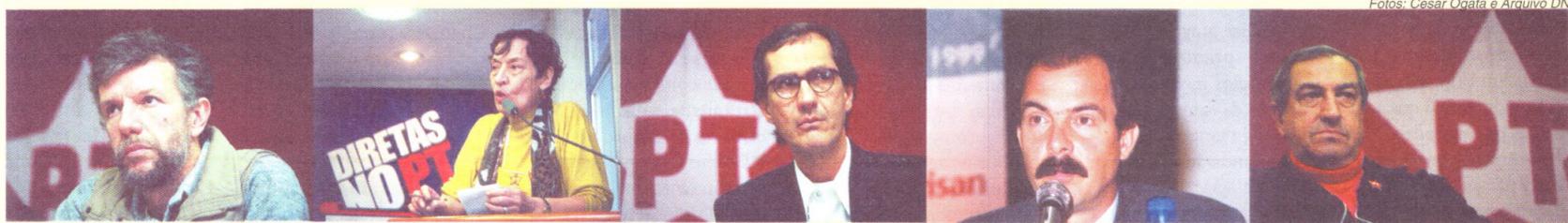
Para fomentar o debate, a Comissão Organizadora Nacional do Processo Eleitoral do PT decidiu que as sete chapas inscritas ao DN apresentariam, para publicação simultânea ao suplemento, suas opiniões sobre o programa econômico do IC.

PT Notícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES ANO V Nº 106 - De 4 a 18 de agosto/2001



Economistas apresentam programa elaborado no Instituto Cidadania



Pela ordem: Antonio Prado, Maria da Conceição Tavares, Ricardo Carneiro, Aloizio Mercadante e Wilson Cano, economistas da equipe que elaborou o programa econômico

A exposição foi realizada durante a reunião do Diretório Nacional, ocorrida em 14 de julho

A divulgação do programa econômico do Instituto Cidadania (IC), produzido por uma equipe de economistas, em sua maioria ligados ao PT, provocou ampla repercussão na imprensa nacional, que o qualificou como programa de governo petista. Foram várias as matérias, análises de articulistas e até mesmo editorial comentando o mérito do documento.

Nas instâncias partidárias, a reação também foi grande, já que a proposta tornou-se pública antes mesmo dos membros do Diretório Nacional tomarem conhecimento. Os dirigentes petistas questionaram o método da difusão do texto. Reafirmaram ainda que o programa de governo do PT para 2002 terá origem nas resoluções do 13º Encontro Nacional, que será realizado em dezembro deste ano.

A iniciativa promovida pelo IC teve o objetivo, de acordo com os profissionais que elaboraram o documento - tendo como subsídio as resoluções do II Congresso do PT - de deflagrar discussão sobre uma proposta econômica para o país. "O programa já conta com o apoio de nomes como Celso Furtado, Luiz Gonzaga Beluzzo, Luciano Coutinho, José Luiz Fiori", garante o deputado federal Aloizio Mercadante (SP), um dos idealizadores do texto.

"O programa econômico é uma contribuição ao debate político programático, como outros programas empreendidos pelo IC", defende Mercadante, assegurando que, se não fosse o furo dado pela imprensa, no mês de junho, o documento só seria divulgado após a eleição da nova direção, que

ocorrerá em setembro.

O Instituto Cidadania, ONG dirigida pelo líder petista Luiz Inácio da Silva, com o apoio de amplos segmentos da sociedade, já elaborou programas para habitação popular, política de combate à fome e está terminando uma proposta para segurança pública e para a crise energética.

O que move o núcleo dos economistas

O programa econômico, já tão comentado, e isso não significa que igualmente lido, foi apresentado ao DN, em sua última reunião ocorrida em julho. Foram quase quatro horas de debate, pautadas pelas intervenções dos dirigentes nacionais do PT e de cinco economistas, signatários da proposta: Aloizio Mercadante, Ricardo Carneiro, Wilson Cano, Antônio Prado e Maria da Conceição Tavares.

Uma tarde de sábado, na sede nacional do partido, para abordar um programa com cinco itens, transcorridos por mais de 40 páginas. Expressões e conceitos como a reconstrução da nação, blindagens nacional e internacional, construção de um novo modelo, novo contrato social, desenvolvimento sustentável e solidário, foram prodigamente empregadas.

Os economistas ressaltaram o significado da inclusão do programa no debate econômico do país. Para eles, trata-se de um programa que tem propostas claras para romper com o modelo de desenvolvimento que foi implantado no Brasil nos últimos dez anos. Disseram, no entanto, "que o programa não propõe o

socialismo. Faz uma proposta de modelo alternativo nos limites do capitalismo". Segundo Ricardo Carneiro, isto não quer dizer "que o documento não proponha sérias rupturas com o movimento que aí está", repelindo a idéia de que seja um texto "conciliatório".

Os autores chamam a atenção para duas questões mais gerais do programa. A inserção externa do Brasil, na qual destacam a idéia da existência de uma blindagem internacional neoliberal. E citam como exemplos a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), este último, "após firmado o novo acordo, agravará a blindagem e as restrições de um novo governo", projetam os analistas.

Sobre a Alca, defendem a sua não aceitação. Em seu lugar, propõem acordos bilaterais. "A implantação da Alca vai fragilizar o nosso sistema produtivo, e representará a desnacionalização dos serviços".

Quanto à OMC, avaliam que não existe a opção de ficar de fora. E garantem a necessidade "de fazer a disputa dentro, radicalizar ao limite, para romper a lógica de liberalização do comércio que está colocada". Estes organismos, asseguram os economistas, promovem práticas monopolistas das grandes corporações transnacionais.

Mercado de consumo de massa

O outro ponto refere-se ao eixo do desenvolvimento brasileiro: o controle social da economia.

"Estamos rompendo com a idéia de que são os mercados que regulam a economia", analisa Carneiro, resgatando o papel do Estado na economia brasileira. No entanto, alertam aos desafios a serem enfrentados. De acordo com o diagnóstico apresentado, quaisquer rupturas terão que encarar três restrições: cambial, que deverá se agravar com a crise atual; restrição fiscal financeira do setor público; e uma restrição de infra-estrutura, especialmente do setor energético.

É com base nessas limitações que propõem a construção de um projeto para o Brasil, "com uma imensa demanda social". "Propomos um modelo de crescimento centrado no mercado interno, pautado na ampliação do consumo de massas e na universalização dos serviços públicos essenciais", destaca Mercadante. Segundo os economistas, a consecução destas propostas somente se dará com a mudança no perfil de distribuição de renda no país e a transformação da estrutura produtiva.

Com seu estilo jocoso, Maria da Conceição Tavares acrescenta que "empresário nacional que for piranha, milionário e ladrão e não estiver interessado em produzir para o mercado interno, verá água".

A promoção da inclusão social pressupõe, dentre outras coisas, conforme destaca Wilson Cano, o desenvolvimento de uma política firme, decidida e ampla, de substituição de importações. "Esta determinação conquistará o apoio do empresariado ao nosso programa e garantirá a sustentação do emprego", aposta Cano,

signalizando um contrato social a ser firmado para dar suporte ao novo modelo de nação.

Pleno emprego

A geração de empregos é outro tema com bastante destaque no programa econômico. Para o economista Antônio Prado é fundamental "ter claro que priorizar emprego e distribuição de renda é uma ruptura frontal com a política atual e com aquilo que é o fundamento ideológico e de valores das políticas neoliberais".

Segundo Prado, o valor básico fundamental da política neoliberal é a diferença. "Este é o valor moral, é a tábua de valores morais da política neoliberal. A diferença é o motor da transformação. É assim que eles vêm que a sociedade pode gerar acumulação, riqueza e bem-estar. Portanto, diferença não é desigualdade, não é um resíduo da política neoliberal. É um fundamento seu", afirma.

O pleno emprego não é um valor neoliberal, declara Prado. "Não ter pleno emprego significa enfraquecer as forças da sociedade que têm capacidade de resistir à soberania do mercado, à soberania da livre iniciativa, portanto a todas as ideologias relacionadas ao neoliberalismo".

De acordo com o economista, o fundamento da ruptura, proposta pelo programa, distingue-se da política que vem sendo realizada durante toda a década de 90, "que simplesmente destruiu o emprego no país. É uma política geradora de desemprego, e nós sabemos o significado que isto teve para o enfraquecimento das nossas forças para resistir a toda a agenda neoliberal durante a década de 90".

CHAPA: **10** POR UM SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Construindo o desenvolvimento econômico

Construindo o desenvolvimento econômico

Não podemos deixar de enfatizar o problema gerado com a elaboração e publicização deste texto. Apesar de ser de autoria do Instituto Cidadania, a presença e o envolvimento de altos membros da direção nacional do PT permitiu a vinculação direta do texto com o partido. Assim, o encaminhamento deste debate para a imprensa como sendo um texto do PT demonstra um desrespeito com a estrutura partidária que não foi ouvida e nem consultada sobre o seu método de elaboração e o seu conteúdo.

Mas entremos na análise do texto. Um texto eminentemente de política econômica e que peca por não se concentrar neste tema ao mesmo tempo que busca abranger várias dimensões das políticas públicas abordando-as de maneira superficial. Ao tratar as questões da saúde, da educação e da segurança pública, de um lado, não as trata com a dimensão que merecem e, de outro, deixa de dar maior ênfase a questões relevantes da política econômica como a política agrícola e a política industrial.

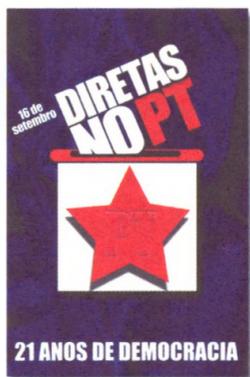
O texto aborda, com qualidade, a questão da estabilidade e do balanço de pagamentos. Aponta corretamente para a necessidade de melhorar no médio prazo o saldo da balança comercial, promovendo as exportações e minimizando as importações; para a necessidade de alterar o perfil da dívida pública, abrindo a possibilidade de

optarmos pela realização de um alongamento forçado ou do não pagamento de parte da dívida. Corretamente não avança mais em questões de maior interesse dos especuladores financeiros como câmbio fixo ou flutuante, meta inflacionária ou não.

Devemos nos concentrar na questão que poderia ter sido melhor abordada no documento tratando claramente do crescimento econômico e da distribuição da renda e da propriedade. Corretamente o texto enfatiza como elemento alavancador do nosso modelo de desenvolvimento econômico o mercado interno de massas, apostando, pelo lado da oferta, no fortalecimento da produção interna de bens de alto consumo popular e, pelo lado da demanda, na distribuição da renda.

Apesar do acerto na linha geral, não apresenta uma política agrícola que potencialize a agricultura familiar – priorizando o agronegócios na busca da obtenção da safra de cem milhões de toneladas e considerando implicitamente o apoio à agricultura familiar como mera política de resistência às mazelas do neoliberalismo.

Na área industrial parece considerar que a indústria brasileira é apenas um reflexo da de São Paulo. Esquecem a diversidade setorial, de tamanho das empresas e do encadeamento produtivo que existe nas diversas regiões do Brasil. É preciso que se tenha um olhar mais regionalizado e que além de uma política de incentivo a grandes indústrias nucleadoras,



tenhamos uma política de incentivo às micro, pequenas e médias empresas que atuem de forma encadeada verticalmente e horizontalmente na produção. A competitividade internacional, a criatividade brasileira e a necessidade de ampliarmos as oportunidades de negócios e empregos que temos no Brasil nos levam a buscar fomentar um processo de crescimento impulsionado por segmentos produtivos estruturados em cadeias de micro, pequenas e médias empresas.

Por fim, um programa de governo de esquerda não pode deixar de avançar na construção do socialismo. Tratar da distribuição da terra e fomentar formas coletivas de produção não pode ser visto apenas como uma política social destinada à inserção dos excluídos. Reforma Agrária e Economia Popular e Solidária são programas que devem fomentar a produção coletiva como uma efetiva forma alternativa de produção.

Encerramos a análise enfatizando a necessidade de aprofundarmos o debate sobre um projeto de desenvolvimento econômico para o Brasil, concentrando as atenções aos temas econômicos que afetam diretamente a vida da população: emprego, distribuição da renda e da propriedade, crescimento econômico, salários.

Marcelino Pies, membro do Diretório Nacional.

CHAPA: **20** UM OUTRO BRASIL É POSSÍVEL

Um outro Brasil é possível: um passo inicial



O documento dos economistas do PT constitui-se numa importante contribuição para o debate partidário que antecede o processo de definição do programa para a candidatura presidencial nas eleições de 2002. Mas, para desfazer confusões criadas pela imprensa, é necessário registrar que não se trata de um documento oficial, já que não foi aprovado por nenhuma instância partidária. Os próprios autores tiveram o cuidado de definir o seu caráter: "Texto para discussão...". O documento, na verdade, insere-se na perspectiva das formulações do PT nos últimos anos, particularmente nos marcos das definições sacramentadas pelo II Congresso, realizado em Belo Horizonte.

E como documento para o debate, é natural que seja polêmico e que contenha muitas virtudes e algumas insuficiências. Diria que a principal virtude consiste em definir claramente o eixo de elaboração do projeto do PT: desenvolvimento econômico com distribuição de renda e riqueza e integração social. Com isso, o documento fixa um critério de avaliação valorativa do desenvolvimento. Ele não pode mais ser dimensionado apenas pelo enfoque econômico ou quantitativo, mas pelos benefícios e bem-estar que agrega ao conjunto da sociedade. Convém lembrar que o Brasil já sofreu vários surtos de desenvolvimento sem que melhorasse

substancialmente a distribuição de renda e riqueza. A distribuição de renda, por exemplo, está tão ruim quanto há dez anos atrás, situando o Brasil numa das últimas posições do ranking internacional.

Outro avanço alcançado pelo documento consiste na análise mais precisa que ele faz, em relação à outras análises, sobre as implicações nacionais e internacionais do modelo neoliberal. O modelo não proporciona apenas uma dependência ao sistema financeiro internacional. Ele define condicionamentos políticos, limitando a capacidade decisória das instituições políticas nacionais. Este é um dos aspectos mais importantes no processo de perda de soberania que hoje experimentam os países que se submetem ao sistema financeiro internacional. Chama-se atenção, também, para o fato de que esses condicionamentos não incidem apenas sobre o presente, mas se estendem para o futuro. Logo, a implantação de um outro modelo nacional de desenvolvimento terá que ter um caráter de transição.

Qual seria esse outro modelo nacional? Parece que é neste ponto onde a discussão precisa avançar. E ela precisa avançar em dois sentidos: no sentido da definição de um novo modelo de Estado e no sentido da caracterização dos principais marcos econômicos que podem suscitar um modelo de desenvolvimento com

distribuição de renda e riqueza e sustentabilidade ambiental. Ou seja, o documento define bem os objetivos, mas é insuficiente na indicação dos meios e estratégias para alcançá-los.

O debate sobre o problema da perda da soberania tem toda a pertinência do mundo. Mas a restauração da forma tradicional de soberania, inerente ao Estado-nação, não parece ser viável. Ocorre que, hoje, os Estados nacionais existem em outro ambiente, muito diferente daquele que se constituiu após o fim das guerras napoleônicas em 1815 e muito diferente do ambiente da Guerra Fria. Se é verdade que não podemos aceitar os parâmetros atuais do mundo globalizado, o fato é que a globalização é uma realidade histórica. Nestas circunstâncias, as formas da soberania estão em processo de mutação. Dados os condicionamentos históricos contemporâneos sobre as formas de soberania, quais são os limites e as possibilidades de soberania dos Estados? É esta indagação que precisamos responder. Para finalizar, parece que, em certo sentido, a discussão sobre o modelo de Estado deve ter uma preeminência sobre o modelo econômico. Se não vamos reestatizar e nem restaurar o Estado autárquico, precisamos dizer que Estado queremos e que tipo de relação e de função o poder público deve estabelecer com o mercado e a economia.

José Genoio, deputado federal (PT/SP), presidente nacional em exercício.

CHAPA: **30** QUE O PARTIDO CUMPRA O MANDATO

A chantagem será permanente



FHC e Malan exigiram o compromisso antecipado de Lula e de um governo do PT respeitarem a Lei de Responsabilidade Fiscal e o pagamento da dívida. O jornal O Estado de São Paulo expressou seu desejo de que o candidato do PT se comportasse como Blair, apoiado pela cúpula financeira como o "melhor" para aplicar a política dos conservadores.

É que a crise energética

associada à crise nas fileiras governistas acentuam a tendência à constituição de um governo do PT. Daí a necessidade de "domesticá-lo", fazendo-o abandonar os trabalhadores. Não basta as administrações municipais do PT iniciarem privatizações, demissão de funcionários ou redução salarial. Isso só os entusiasma a chantagear, exigir um compromisso integral com o ajuste.

Feito para tentar agradar o mercado

O programa econômico do Instituto Cidadania - apresentado na imprensa como programa do PT ele não foi submetido a nenhuma instância partidária - surgiu para dar uma satisfação àquelas pressões. Segundo Mercadante, "assumimos

que vamos trabalhar com as restrições macroeconômicas que são a vulnerabilidade cambial, fiscal, financeira e inflacionária", ou seja, contempla o que os especuladores pedem.

No capítulo III, propõe investimentos públicos através do BNDES, Banco do Brasil etc, para os setores privatizados se expandirem, ou seja, expandir seus lucros, ao invés de propor a reestatização. Sobre a previdência social, propõe o regime complementar de capitalização, criando os fundos de pensão, deixando o trabalhador à mercê do mercado financeiro. A dívida externa "será objeto de um grande esforço de renegociação, no sentido de permitir um grande alívio nas contas públicas para acelerar os programas de

investimentos e políticas sociais". Trata de pagar uma dívida já paga. Agora, nem a renegociação é taxativa, é só um "esforço" a fazer. O que ordena todos os demais pontos, acabando por não ter um compromisso com as reivindicações populares.

Então vem a tal "participação"

Há uma proposta de Carta de Responsabilidade Econômica e Social. Como o programa está mais preocupado em dar garantias aos especuladores, não estabelece nenhum compromisso quantificado com as reivindicações. Mas prevê "câmaras setoriais, conselhos de saúde, educação e assistência social assegurando o acesso da sociedade civil à formulação das políticas públicas. As audiências públicas

periódicas no Congresso Nacional permitirão acompanhamento e transparência das políticas de governo". Ora, "audiências", em particular na discussão das Diretrizes Orçamentárias, é justamente o que recomenda a LRF no seu artigo 48, é onde se enquadra o Orçamento Participativo.

É o contrário da democracia, que é a soberania, o controle do povo através dos seus representantes eleitos, e não a mera "participação". Por isso, contestar a falsa "participação" do OP é defender a independência de nossas organizações e lutar pela democracia.

Os especuladores querem mais, querem tudo

Bem que tentaram, mas era preciso muito mais. "O PT não mudou", lamentou o Estadão em 21/06. Para os

financistas, é inaceitável até mesmo a mera menção à idéia de nação, de soberania, de impostos ou "tentar" renegociar a dívida. Menos aceitável ainda é o questionamento feito à Alca. É preciso trânsito livre para desregular tudo, sem entraves, sem direitos inscritos em lei, como se vê na Argentina, onde a centro-esquerda se subjugou às "regras do mercado".

Eles querem que o PT, desde já, ajude FHC a governar mais um ano e meio, para prosseguir a destruição da nação. Perguntamos: os trabalhadores e o povo podem suportar mais um ano e meio de FHC e sua política de desemprego, privatizações, destruição dos serviços públicos, fome e miséria?

Que o partido cumpra o mandato!

CHAPA: 40 UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL.
UM OUTRO BRASIL É URGENTE

Coragem de mudar

Um novo
Mundo é
possível

Um novo
Brasil é
urgente

O documento do Instituto Cidadania tem a preocupação em evitar a tradicional chantagem feita pela direita: "O PT tem um programa radical e se Lula vencer as eleições o "mercado" vai reagir e o caos de hoje será substituído por algo ainda pior."

Preocupar-se com este terrorismo é necessário. A viabilidade de nosso projeto, tanto eleitoralmente, como na própria gestão do país após a vitória, depende da destruição desta política de gerar o medo na população como forma de evitar a concretização de um projeto socialista.

No entanto, o texto não o enfrenta de forma adequada. Aparentemente teve por objetivo menos explicar e enfrentar a chantagem e mais acalmar o chantagista.

É evidente que existe hoje uma crise política do neoliberalismo. O sucesso do Fórum Social Mundial em contraposição ao vexame que ocorre toda vez que se realizam reuniões do neoliberalismo - como ocorreu agora na Itália - é um exemplo disso em nível internacional.

No Brasil, além do fracasso do modelo econômico, da insensibilidade social, dos escândalos de corrupção, desmoronou também a tese da responsabilidade das

ações do Governo Federal. A população percebeu, na crise de energia, como de fato são tratados os grandes problemas estratégicos do país.

A não caracterização de nosso programa como socialista é um equívoco. Este é um ponto programático estratégico que define nossa oposição ao modelo atual.

Um ponto central é o de como tratar a consistência macroeconômica do modelo. Como fugir da armadilha que os atuais responsáveis pela política econômica se colocaram e nos colocaram ao montar um sistema no qual a estabilidade dos preços internos, a taxa de juros interna e o financiamento do déficit externo dependem do capital especulativo externo. Do "mercado", portanto.

Corretamente o texto aponta a necessidade de diminuir estruturalmente a dependência externa, relacionando o nível de dependência com o modelo de desenvolvimento da própria economia. Assim, a ampliação dos serviços públicos e dos bens de consumo popular de fato impacta menos a balança externa do que o consumo das camadas mais elevadas. Aponta também a necessidade da revisão da estrutura tarifária.

No entanto, ao se conceder um papel relevante na redução da vulnerabilidade externa a reorientação do Investimento Direto Estrangeiro, torna possível a interpretação de que se tem a ilusão de que o Estado por mero ato de vontade irá definir e decidir o comportamento das

empresas multinacionais. A tarefa é bem maior. Há que reverter o atual grau de desnacionalização da economia e fortalecer a participação direta do Estado. É com condições objetivas de força que se irá induzir o desenvolvimento. Dificilmente conseguiremos uma condição objetiva mais favorável sem um momento inicial de pesado enfrentamento com o capital especulativo externo.

Há outros itens que mereceriam uma abordagem mais clara. As privatizações são tratadas de forma dubia. Na Reforma Tributária podemos apresentar uma proposta mais consistente, mais federativa e progressiva. No caso do ICMS, por exemplo, os Estados já acordaram uma proposta que acaba com a guerra fiscal, mas que esbarra na resistência da União em substituir os tributos cumulativos. Na questão federativa deveríamos abordar a necessidade de rever os contratos leoninos das dívidas estaduais e municipais bem como o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PT governou e governa Estados e municípios por todo Brasil. Temos a autoridade necessária para conduzir as transformações que o país necessita e que a população deseja. O Brasil aprendeu muito nos últimos anos. Está pronto para desestabilizar o presente e construir o futuro. Cabe ao PT, com coragem, apontar-lhe o caminho para mudar.

Arno Augustin, secretário da Fazenda do governo do Rio Grande do Sul.

CHAPA: 50 SOCIALISMO OU BARBÁRIE

Outro programa é possível

SOCIALISMO OU BARBARIE

Como 99,9% do partido, fomos surpreendidos pela divulgação do documento "Outro Brasil é possível", elaborado por catorze economistas a convite do Instituto Cidadania (IC).

Reafirmamos que a elaboração do programa de governo do PT não pode ser "terceirizada", não pode ser secreta nem considerada "assunto de economistas".

Mas o defeito principal do documento está no seu conteúdo. Para enfrentarmos esta crise brutal - nacional e internacional, do neoliberalismo e do capitalismo - precisamos de medidas mais radicais do que as propostas por nós em 1989.

Não conseguiremos pagar a dívida social e desenvolver o mercado interno de massas, se continuarmos pagando as dívidas financeiras e mantivermos intocadas as privatizações e o "estoque" patrimonial da classe dominante.

Não conseguiremos a tão falada "governabilidade" se - além de uma política de mobilização popular - não trabalharmos para quebrar o monopólio dos meios de comunicação e para convocar uma Assembléia Constituinte.

A ingenuidade, o voluntarismo e a inconsistência do documento do IC têm uma explicação fundamental: seus autores acreditam que os "empresários produtivos de qualquer porte" podem vir a apoiar um "contrato social" destinado a "distribuir renda, riqueza, poder e cultura".

Assim, as concessões de nossa parte teriam, como contrapartida, uma atitude não-desestabilizadora da parte deles.

Mas achar que o grande empresariado será "contemplado com a desarticulação da lógica financeira e especulativa" é não entender que, na esfera do grande capital, a "produção" e a "especulação" andam juntas.

Achar que o grande empresariado será "contemplado com a ampliação do mercado de consumo de massas", é não entender que o capitalismo brasileiro alimenta-se da miséria e do desemprego: ampliar a participação do trabalho na riqueza nacional não interessa ao grande empresariado.

O documento do IC repete -para usar seus próprios termos-, neste e noutros pontos fundamentais, o mesmo "voluntarismo utópico e ingênuo que tantas vezes entusiasmou e frustrou as propostas históricas da esquerda brasileira". Ou seja, a crença na possibilidade de uma aliança estratégica com setores da grande burguesia e na viabilidade de um "estado de bem-estar" social-democrata no Brasil.

Defendemos que nosso programa esteja organizado em torno de três objetivos centrais: a independência nacional, a democracia popular e a igualdade social. Defendemos que se afirme claramente que nosso governo visa retirar renda, riqueza e poder de três setores sociais: o

imperialismo, o latifúndio e o grande capital.

Defendemos que o programa inclua compromissos tais como: a)romper as negociações da Alca; b)suspender o pagamento e auditar a dívida externa; c)colocar sobre controle público o setor financeiro, para barrar a sangria da dívida interna; d)reverter as privatizações; e)revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal; e)impulsionar um modelo de crescimento baseado na reforma agrária, na reforma urbana e na ampliação do consumo de massa.

Estamos convencidos que só medidas duras tornarão possível o enfrentamento da crise atual e a derrota das "blindagens" do neoliberalismo.

Aos que defendem um programa mais moderado, na esperança de neutralizar o terrorismo do grande empresariado e de facilitar o caminho para a vitória eleitoral, sugerimos olhar para a Argentina.

Não achamos que acabar com o capitalismo seja uma das tarefas do governo que podemos eleger em 2002. Queremos o apoio dos setores médios às classes trabalhadoras. Mas "melhorar a vida do povo e acabar com a corrupção" exige mudar o modelo econômico. E mudar o modelo econômico exige outro programa. Cujo objetivo estratégico, sem dúvida, é acumular forças para o socialismo.

Aparecido Dias, Genildo Batista, Giucélia Figueiredo, Júlio Quadros, Luís Eduardo Greenhalgh, Marlene Rocha, Renato Simões, Roberto Robaina, Sônia Hypólito, Valter Pomar.

CHAPA: 60 DEMOCRACIA, SOLIDARIEDADE E LUTA

Os desafios do PT

**DEMOCRACIA
SOLIDARIEDADE E LUTA**

Mais do que uma disputa pelo controle dos diretórios o que realmente está em jogo nas eleições internas no PT é saber qual o programa que o partido vai defender em 2002, uma discussão importante, à medida em que vamos para as eleições com chances reais de chegar à Presidência e de ampliar a nossa participação nos executivos estaduais.

O PT marcou sua trajetória defendendo as liberdades democráticas, posicionado-se no espectro ideológico como um partido que defende o socialismo democrático, se diferenciando do socialismo da ex-URSS e do Leste Europeu.

O PT nasceu e cresceu nos movimentos organizados. Participou ativamente da fundação da CUT e da Central de Movimentos Populares. Foi e continua

sendo a expressão institucional dos movimentos de contestação, sendo o responsável por colocar na agenda nacional questões sociais como a reforma agrária, a questão indígena, a ampliação do papel das mulheres na sociedade, o combate à pobreza, a participação popular no âmbito dos governos, etc, etc.

Muito se tem dito a respeito das mudanças pelas quais o partido passou. Não somos daqueles que acham que o partido deve se prender a dogmas. O mundo de 1980, quando o PT foi fundado, é completamente diferente do mundo globalizado em que vivemos hoje. As mudanças do PT

são em decorrência das novas realidades e porque, hoje, governamos cidades importantes e estamos à frente de três governos estaduais. Temos a responsabilidade de governar, de melhorar a vida das pessoas.

O partido não pode cair no canto de sereia de que para ganhar a eleição em 2002 precisa defender um programa *light* só para agradar as elites. O programa do PT tem de apresentar propostas que de fato sejam uma ruptura com o modelo neoliberal. O Brasil precisa urgente de um governo democrático e popular, que caminhe em outra direção diferente do projeto neoliberal, cujo

objetivo principal é acabar com a pobreza através de pesados investimentos em projetos sociais.

O Programa Econômico apresentado pelo Instituto Cidadania, dirigido por Lula, apesar do mérito de colocar as propostas do PT na agenda nacional, num momento delicado porque atravessa o país, deixa a desejar. Ora, como vamos pôr em prática um programa de combate à pobreza e de investimentos nos setores sociais pagando a dívida externa, se esse é um dos motivos de o país não ter verba para investimentos sociais? Se queremos aplicar um programa democrático e popular, não há saída a não ser renegociar a dívida externa. Mais: mudar a lógica de financiamento do desenvolvimento, que hoje vem sendo basicamente sustentado por ajuste fiscal e aportes financeiros oriundos dos investimentos externos, dos juros altos e do engajamento do Estado.

Esse modelo serve tão somente ao grande capital financeiro e a grupos empresariais nacional e estrangeiro.

Um eventual governo do PT tem de suspender a privatização e fazer auditória nas empresas estatais privatizadas. Adotar o imposto social, acabando com a CPMF, mas taxando os lucros bancários, dinheiro que pode ir para um fundo de investimento nas áreas sociais e com programas para acabar com a pobreza.

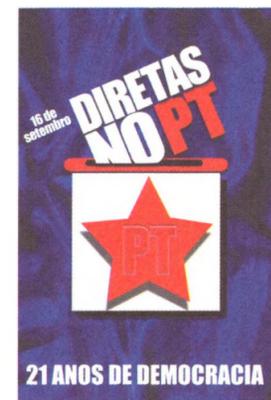
Renegociar a dívida pública, sem no entanto criar com isso uma situação de falta de credibilidade do governo perante os contratos assumidos no mercado.

Um governo democrático e popular tem de inserir o país soberanamente na ordem econômica mundial, fortalecendo o Mercosul, renegociando os acordos que vêm sendo feitos para a criação da Alca, abrindo-se para relações com potências

emergentes alternativas aos Estados Unidos e União Européia, como a China, Rússia, Índia.

Finalmente, só tem sentido o PT ganhar a presidência da República se for para fazer as transformações que o país precisa, sob a ótica de uma outra lógica, que tem como horizonte a construção do socialismo.

Francisco Campos, membro do Diretório Nacional, candidato a presidência do DR/SP.



CHAPA: **70** MOVIMENTO

PT mostra a sua cara

MOVIMENTO

Como na antiga propaganda do sabonete “onze em cada dez estrelas” da grife petista aplaudiram o programa econômico apresentado pelo Instituto Cidadania. O lançamento contou com a participação da estrela maior do PT e do Instituto, Luiz Inácio Lula da Silva, o que facilitou o trabalho da mídia em considerar o documento como plataforma de campanha e programa de governo do Partido dos Trabalhadores.

O debate posterior em nada diminui ou atenua o sentimento de que pode estar havendo - após 21 anos de fundação - uma clara separação entre as questões internas, a campanha e um possível governo petista. Ou

seja, para minimizar a distorcida imagem de um partido afundado em lutas internas, o PT está, paulatinamente, transferindo para o público externo a prerrogativa do agendamento interno.

Neste sentido, se o hegemonismo não for contido, casos como este se repetirão. A democracia interna será parcialmente salva permitindo-se o livre direito ao esparceio, mas não se mudará uma vírgula do que for decidido de dentro para fora e homologado, plebiscitariamente, sem qualquer preocupação com a discussão ampla, espaço para as minorias e a formação política de quadros e militantes.

Em 1989 - sem medo de ser feliz - empolgamos as ruas sem esconder a nossa cara. Fomos derrotados por uma ampla coalizão conservadora, por uma máquina corrupta que gerou PC Farias e acólitos, por uma mídia venal e inescrupulosa e pelos golpes sofridos abaixo da linha da cintura.

Nosso programa para um governo democrático e popular, gestado depois de exaustivas reuniões dos grupos de trabalho, seminários internos e discussões com partidos aliados, tinha treze pontos que, mesmo precisando de correções históricas e conjunturais, não podem cair no esquecimento. Vejamos:

- 1) Democratização do Estado e da Sociedade.
- 2) Distribuição de rendas e elevação dos salários.
- 3) Suspensão do pagamento da dívida externa.
- 4) Reforma Agrária e um novo modelo agrícola.
- 5) Desprivatizar o Estado, moralizar a administração pública.
- 6) Combater a especulação financeira.
- 7) Limites para a ação do capital estrangeiro.
- 8) Subordinação do poder militar ao civil.
- 9) Salvar a Amazônia e defender a vida.
- 10) Uma nova política energética.
- 11) Reforma urbana e política habitacional.
- 12) Por uma política externa soberana.
- 13) Defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

Será que o Brasil mudou para melhor nestes doze anos? Será que todas as mazelas e desigualdades

foram sanadas? Será que a Reforma Agrária, o rompimento com o FMI, o não pagamento ou a renegociação da dívida externa não são mais necessários?

Se “um outro Brasil é possível”, resta saber para quem servem e para quem servem as mudanças. O programa econômico que tranquilizou a avenida Paulista terá que efeitos sobre os trabalhadores rurais do Pontal do Paranapanema? O texto que pode ter agradado *Wall Street*, ajudará ou não à luta da Attac pela taxaço do capital especulativo?

Se o documento não provoca repulsa de organismos como o FMI e o Banco Mundial, que efeitos terá para os milhares de cidadãos que organizam o Fórum Social Mundial? Será que a Alca está realmente

condenada em um governo petista ou é o Mercosul que está com seus dias contados? E a tão propalada soberania nacional, sustentada em belas palavras, será mesmo levada à cabo impedindo nossa adesão atrasada e subalterna ao neoliberalismo globalizado?

São perguntas que insistem em não se calar, o que deixa nossos pálidos economistas a pedir calma. O diagnóstico é conhecido. A receita proposta pelo Instituto Cidadania dá uma sobrevida ao paciente. Nós, do Partido dos Trabalhadores, podemos e devemos ousar mais. Nosso programa de governo deve ser gerador de renda, de vida e de esperança.

Tilden Santiago, deputado federal, candidato à presidência do DN

Debate entre as chapas ao DN

Em entrevista coletiva concedida à imprensa, representantes de seis chapas, dentre as sete inscritas à direção nacional, e os seis candidatos à presidência do partido apresentaram suas teses. O evento ocorreu no dia 13 de julho, em São Paulo, na sede nacional do PT, durante lançamento do Processo de Eleições Diretas do Partido (PED).

Na edição passada o *PT Notícias* publicou as exposições dos presidiáveis, e agora oferecemos aos nossos leitores as apresentações dos representantes das chapas: Movimento; Um outro Brasil é possível; Que o partido cumpra o mandato!; Um novo mundo é possível, um novo Brasil é urgente; Socialismo ou barbárie; e democracia, solidariedade e luta.

Continuidade da trajetória vitoriosa do PT

“Só temos condições de pleitear a presidência da República graças ao trabalho de todo o partido sob a condução da atual maioria”, disse o presidente da Fundação Perseu Abramo e membro do DN, Luiz Dulci, ao apresentar a chapa “Um outro Brasil é possível”. A chapa, segundo o petista, tem como candidato a presidente nacional do partido o deputado federal José Dirceu, e o apoio do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva, do senador Eduardo Suplicy (SP) e do ex-governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, entre outros.

“Queremos que o PT continue sua trajetória vitoriosa dos últimos anos”, ressaltou Dulci. “Nossa chapa pretende fazer com que o PT não mude de rota”. O petista explica que isto significa continuar derrotando na prática política o neoliberalismo e criando as condições para que a

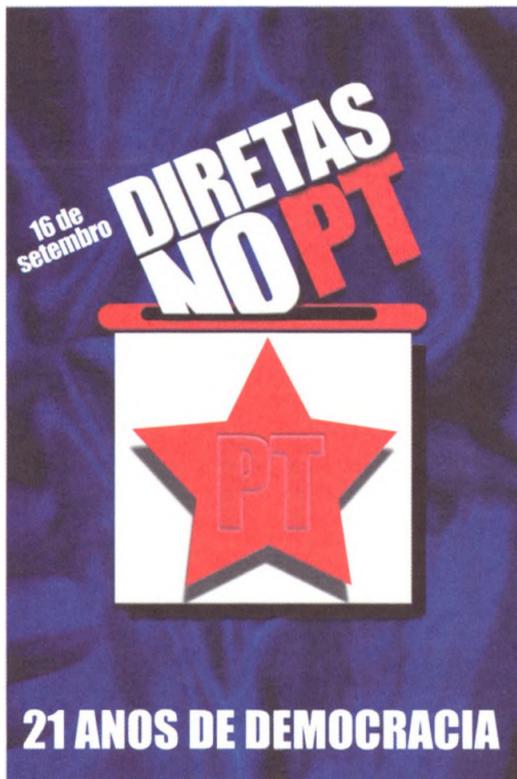
esquerda e seus aliados democráticos e populares, “com sensibilidade social autêntica”, possam governar o Brasil em 2002”.

Profundo debate político no PED

“O PT deve manter a pluralidade de pensamento e organização, que constituem sua riqueza, desde a origem”, disse o candidato à presidência nacional do PT, deputado federal Tilden Santiago, ao apresentar a chapa Movimento. O parlamentar petista considera o PED positivo para a história do país, mas aponta o risco do processo eleitoral se tornar “apenas uma formalidade em cada município, um ato burocrático, uma mera eleição de grife dos nomes mais fortes das diferentes correntes”. “O PED deve ser transformado num profundo debate político”, disse ele. Tilden considera importante que o processo eleitoral faça as bases petistas discutirem “a força e o dinamismo dos três afluentes que formaram o PT: o sindicalismo, o marxismo e o cristianismo”. O deputado considera que a “lógica da institucionalidade pode obnubilar a lógica da política, do movimento social e da luta”. “As eleições diretas são um momento precioso para resgatar a identidade político-ideológica libertadora do partido”.

Governar com outra política

“Ponho em questão o pensamento único de que a globalização é inevitável e que só nos resta humanizá-la com políticas compensatórias”. Esta declaração foi feita pelo candidato à presidência nacional do PT, Markus Sokol, ao apresentar a chapa “Que o Partido Cumpra o Mandato!”. Segundo o membro do Diretório Nacional, a população deu um mandato ao PT “para



governar com outra política” 30 milhões de brasileiros. “Passados seis meses, vemos as prefeituras engessadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse o petista.

Sokol considera que as prefeituras petistas aplicam as mesmas políticas de FHC, “recomendadas pelo Banco Mundial”. Segundo ele, os mercados financeiros são implacáveis em exigir mais ajustes, após décadas de ajustes “em nome da funesta estabilidade”. Para o candidato, resta às prefeituras as “políticas compensatórias”, que ele exemplifica com o Banco do Povo, a Bolsa-Escola, o Médico de Família “e a falsa participação do Orçamento Participativo”.

Uma revolução democrática no Brasil

“Tivemos políticas majoritariamente determinadas pelo partido, que do nosso ponto de vista, não resultaram para o projeto que defendemos para

o Brasil”, criticou o secretário nacional de Formação do PT, Joaquim Soriano, ao apresentar a chapa “Um novo mundo é possível, um novo Brasil é urgente”. Segundo o dirigente petista, o projeto defendido por sua chapa foi “muito bem sintetizado em 1994 quando disputamos a presidência do Brasil”. “Queremos uma revolução democrática no Brasil, antilatifundiária e antimonopolista”. Soriano considera a trajetória do partido “extraordinariamente vitoriosa”. Segundo ele, o PT pode conquistar uma maioria para governar o Brasil e acredita que é preciso resgatar o programa eleitoral de 1994 para, em 2002, “levantarmos uma maioria nacional para construir um Brasil justo, soberano, no rumo de uma revolução democrática de refundação de uma nação e de uma república de inspiração socialista”.

Momento exige soluções radicais

“O PT precisa entender que o momento exige soluções radicais, a hora é dos radicais”, afirmou o 3º vice-presidente nacional do PT, Valter Pomar, ao apresentar a chapa “Socialismo ou Barbárie”. O dirigente petista enfatizou a importância do crescimento do PT, indicado pelas pesquisas de opinião pública, para a análise e debate durante o PED. “As pesquisas geram ilusões em setores do partido tanto tempo antes das eleições, quando, no momento decisivo, instala-se no país uma brutal guerra de classes, porque a burguesia brasileira não entregará este país aos trabalhadores sem muita luta”, avalia ele.

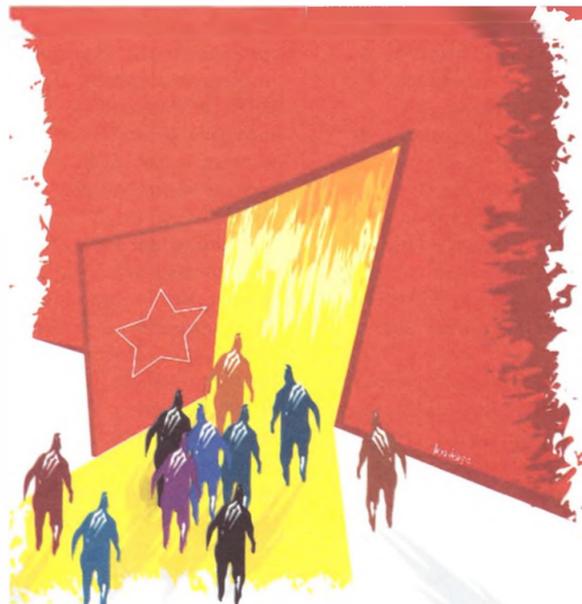
Pomar chama a atenção dos petistas para que as pesquisas não causem a sensação de que “vamos ganhar as eleições sem fazer mais nada, com um perfil moderado que menos risco oferece”. O petista lembra que as mesmas pesquisas apontam uma maioria simpática ao socialismo e absolutamente contrária às privatizações. Pomar defende que o contexto de “brutal crise internacional e do neoliberalismo no Brasil”, revela o esgotamento do modelo neoliberal e malogro

das tentativas de centro-esquerda, onda rosa, terceira via, sintetizado pelo afundamento da Argentina.

Democracia interna

“O PT tem uma cultura de militância que não se curva diante de mudanças que o partido possa fazer, mas também sabemos que o mundo e a política dá muitas voltas”. A declaração é do membro do Diretório Nacional do PT, Francisco Campos, que apresentou a chapa “Democracia, Solidariedade e Luta”. “Defendemos a democracia interna à participação da militância e um programa para o partido democrático e popular que faça as mudanças que o Brasil necessita”, falou o petista.

Campos afirma que o lançamento da candidatura do vereador José Fortunati à presidência nacional do PT, se deveu à verificação do sentimento de inconformismo na base do PT. “Um inconformismo com que a direção e a maioria do PT tem tocado o partido internamente”, diz ele. Na visão da chapa defendida por Campos, o partido vem sofrendo um fenômeno interno de burocratização, afastamento das direções das bases e esvaziamento das decisões nas instâncias.



RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PED POR ESTADO 03/08/2001

ESTADO	
AC	4.947
AL	5.475
AM	7.633
AP	4.457
BA	38.423
CE	28.651
DF	24.705
ES	14.321
GO	26.086
MA	8.553
MG	112.660
MS	24.399
MT	12.307
PA	33.772
PB	15.853
PE	37.355
PI	12.510
PR	37.920
RJ	15.289
RN	6.631
RO	10.447
RR	272
RS	87.840
SC	25.905
SE	6.940
SP	227.604
TO	4.060

TOTAL 835.015
O universo eleitoral do PT constante desta tabela ainda pode ser alterado. Fonte: Núcleo Eleitoral

Vitória iniciou calendário de debates promovidos pelo DN

Teve início no dia 20, em Vitória (ES), o calendário de debates previstos para o Processo de Eleições Diretas (PED) do PT. O debate ocorrido entre integrantes das chapas inscritas ao Diretório Nacional foi o primeiro, de uma série de 19, que a direção

nacional do partido deverá realizar. Entre os candidatos à presidência nacional, serão realizados oito debates até dia 16 de setembro, quando se darão as eleições diretas para todos os níveis.

Veja no quadro as datas dos futuros debates.

TABELA DOS DEBATES

DATA	PRESIDENTES	CHAPAS
5/8 DOM		Porto Velho
6/8 SEG		Rio Branco
7/8 TER	Brasília	
10/8 SEX	Porto Alegre	Goiânia
11/8 SÁB		Palmas
17/8 SEX	São Paulo	Teresina
18/8 SÁB		São Luis
19/8 DOM		Macapá
24/8 SEX	Salvador	Florianópolis
25/8 SÁB		Curitiba
30/8 QUI	Belém	
31/8 SEX	Recife	Manaus
1/9 SÁB		Boa Vista

ECONOMIA

“Acordo silencioso” com o FMI gera desconfiança

“A cúpula da equipe econômica está armando mais um escândalo de Watergate”. Esta é a avaliação do deputado federal petista Luciano Zica (SP) sobre o acordo de empréstimo de US\$ 15 bi do Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciado no dia 3 de julho pelo governo. O petista desconfia de que ele considera um acordo “às escondidas” com o FMI. Zica faz referência aos dias em que a equipe econômica esteve trancada num quarto do hotel Watergate concluindo as negociações com o FMI. “Uma coisa é certa: tentarão impor mais arrochos e privatizações”.

“O que negociam, ninguém sabe”, critica o petista. Zica observa que, embora este acordo devesse ser público, a imprensa, depois do noticiário inicial, silenciou sobre o assunto.

Para o parlamentar, dá para trabalhar apenas com as “pistas”. O deputado lembrou que o ex-diretor do Banco Central, Sérgio Werlang, defendeu recentemente “um aumento do superávit primário (a diferença entre o que o governo arrecada com o que gasta, menos o pagamento dos juros) para 4% do PIB (ou mais)”. “Atualmente, o superávit já acima de 3% representou um arrocho de R\$ 30,4 bilhões sobre as contas públicas. Um aumento significará mais cortes numa economia que caminha para uma recessão”, denuncia o petista.

“Coincidência ou não, mais cortes já foram anunciados pelo governo”. O deputado menciona que o Ministério da Saúde deixará de receber repasses da ordem de R\$ 1 bilhão e uma quantia equivalente foi

cortada do orçamento deste ano. Um dos projetos que constava do programa de governo de FHC, a transposição das águas do rio São Francisco, foi cancelado. E um possível e pequeno reajuste nos salários do funcionalismo público federal pode ser definitivamente afastado.

Zica acredita, no entanto, que estes cortes sejam apenas a ponta do iceberg, diante da necessidade de aporte rápido de capitais externos. “Há suspeitas de que esteja sendo tramada em Washington a entrega do que resta do Estado brasileiro, seja da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do que resta das empresas públicas”. Zica exige do governo federal os termos do acordo, para que “o país não tenha, mais uma vez, surpresas pouco agradáveis nos próximos meses”.

Crise argentina atinge Brasil frágil

A crise argentina pegou o Brasil em seu pior momento, em meio a redução na produção por causa da crise energética e de dificuldades cambiais. A opinião é do líder da bancada petista na Câmara, deputado federal Walter Pinheiro (BA), para quem Brasil e Argentina são os pilares econômicos do Cone Sul e o abalo num dos dois países atinge inevitavelmente o outro. “A situação cambial do Brasil é gravíssima, o que dificulta a atuação em relação à crise argentina”, disse Pinheiro. O parlamentar petista avalia que o Brasil viverá um agravamento da situação econômica com a queda de



sua produção. “Nós avisávamos o que seria a crise energética e o impacto na economia pelo fato do governo querer reduzir a superávit primário”, falou Pinheiro.

Fuga de capitais
 Uma possível fuga de

capitais e investimentos do país vizinho para o Brasil é descartada pelo deputado. “Quem quiser sair da Argentina também não virá para o Brasil porque o país não tem infra-estrutura”, disse o líder da bancada petista. Outra consequência da crise cambial que se avoluma no Brasil apontada por Pinheiro é o impacto da alta do dólar em setores como de medicamentos e equipamentos, dependentes de importações. “Tudo isso deixa o mercado em polvorosa e espero que FHC aprenda a lição de De La Rúa (presidente da Argentina), que só piorou a situação ao cortar salários”, declarou o deputado.

INTERNACIONAL

Movimento antiglobalização deve se reestruturar no FSM

“O Fórum de Porto Alegre representou a descoberta da América Latina pelos movimentos sociais internacionais”, disse o dirigente nacional do Partido da Refundação Comunista (PRC) da Itália, Livio Maitan, referindo-se ao evento ocorrido em Porto Alegre em janeiro. O dirigente partidário italiano que visita o país afirma que a Itália tem hoje uma atenção muito maior sobre o que acontece em Porto Alegre, na expectativa do evento que deve se repetir no ano que vem na cidade administrada pelo PT. “Depois de Gênova, o movimento antiglobalização precisa repensar sua organização, e Porto Alegre pode sediar este momento”, disse Maitan, ressaltando que o encontro do G-8 na cidade italiana em julho último, culminou com a maior mobilização antiglobalização.

“Abre-se uma nova etapa para os movimentos sociais”, diz Maitan. O dirigente fala da espontaneidade, “em larga medida”, da mobilização massiva que reuniu cerca de 200 mil pessoas no protesto de Gênova. Segundo ele, poucas pessoas tiveram um papel destacado, devido à negociação dos direitos democráticos com a segurança de Gênova. “O PRC teve uma importante participação e peso na mobilização e está preocupado, como muitas outras entidades, com o equilíbrio das diferenças entre as organizações envolvidas”, diz ele.

Movimento anti-Berlusconi

“Com ou sem o Berlusconi as manifestações teriam acontecido”, enfatizou Maitan questionando a tese difundida na Itália, de que as manifestações teriam sido



Manifestantes antiglobalização, em Gênova, registrados por Josi Weber, funcionária do DN que participou dos protestos

motivadas por um sentimento de oposição ao premiê italiano, Silvio Berlusconi. Segundo o dirigente do PRC, a oposição se fortalece após a repressão policial que causou a morte de um jovem italiano e centenas de feridos graves.

Maitan informa que a população está especialmente escandalizada com a repressão brutal ocorrida dentro da escola que sediou o Fórum Social de Gênova. “As manifestações que se seguiram em Milão e Roma contra a repressão policial aconteceram apenas dois meses depois do triunfo de Berlusconi”, lembra ele, ponderando que o episódio em Gênova representou uma derrota parcial para Berlusconi, que recuou diante da repercussão negativa contra o governo.

Na opinião de Maitan, a

vitória do premiê nas últimas eleições teria sido relativa. “Se houvesse o sistema proporcional defendido pelo PRC no parlamento, não tenho dúvida que Berlusconi não ganharia”. O dirigente partidário lembrou ainda que o governo enfrenta agora as mobilizações de metalúrgicos, que têm sido surpreendentes e combativas na Itália.

Democracia participativa

Maitan falou do interesse do bloco de esquerda do parlamento italiano pelo Orçamento Participativo implementado nas administrações petistas. Esta seria outra repercussão positiva do Fórum Social Mundial de Porto Alegre. “Estamos propondo o Orçamento Participativo aos municípios italianos”, disse ele, enfatizando a representação e influência do PRC em seu país.



Encerramento do FSM, em janeiro de 2001, na capital gaúcha

Fórum Social é referência em Gênova

O Fórum Social Mundial, realizado no começo do ano em Porto Alegre, serviu de referência em todos os debates realizados no Fórum Social de Gênova, a reunião internacional alternativa ao encontro do G-8, que reúne os sete países mais ricos do mundo mais a Rússia. Apesar da repressão da polícia italiana aos protestos

contra o encontro do G-8, as atividades do Fórum Social de Gênova aconteceram na cidade e reuniram militantes antiglobalização, representantes de governos de esquerda e ONGs de todo o mundo.

“Houve uma referência muito forte ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre em todos os debates”, disse Rafael

Freire, representante da CUT na Fórum de Gênova e que participou da mesa sobre “Globalização e o mundo do Trabalho” junto com representantes de centrais sindicais européias. O prefeito de Porto Alegre, o petista Tarso Genro, participou do Fórum, a exemplo de outro petista, Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém.

NACIONAL

Arquivo DN



Lula mantém liderança em pesquisa

O petista Luiz Inácio Lula da Silva continua franco favorito nas intenções de voto para a presidência da República, informa pesquisa nacional da CNT/Sensus. Lula lidera em todas as simulações feitas pelo instituto para o primeiro e o segundo turno. A sondagem ocorreu entre 20 e 26 de julho.

Num possível segundo turno com o governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), Lula tem 45,9% das intenções de voto e Itamar 30,9%. A disputa com o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB), seria menos acirrada.

Lula teria 49,2% dos votos contra 26,9% de Garotinho. Com 47,5% dos votos Lula ficaria se a disputa acontecesse com Ciro Gomes, do PPS, que obteve 29,1% das intenções. O petista tem 50,2% das intenções de voto se seu adversário é o ministro da Saúde, José Serra (PSDB), que obtém 23,6%. Já com a governadora Roseana Sarney (PFL), do Maranhão, a folga de Lula é ainda maior. Teria

51,1% dos votos em segundo turno se a eleição ocorresse hoje, ao passo que Roseana concentra 21,6%.

Primeiro Turno - Lula teria 34,2% das intenções de voto na simulação em que o candidato do PSDB seria José Serra - que obteve 7,1%. Em segundo lugar ficaria Itamar, com 13,8%, seguido de Garotinho, com 13,4%, e Ciro Gomes, com 11,8%. Na lista em que o governador Tasso Jereissati, do Ceará, é o candidato do partido do presidente Fernando Henrique, Lula aparece com 34,3%, Itamar com 15% e Garotinho com 13,5%. Ciro Gomes teria nessa simulação 11,9% das intenções de voto, Tasso 1,5% e Delfim Netto (PPB) 1,1%.

Na terceira simulação, em que aparecem Roseana Sarney e o ministro Paulo Renato (PSDB), da Educação, Lula alcançaria 31,3% dos votos; Itamar teria 13,7%, Garotinho 13,3% e Ciro 11,9%. Em quinto lugar aparece Roseana, com 7,0%, e empatado com Enéas (Prona), o ministro, com 2,3%.

PT condena espionagem política do Exército

Em nota emitida no dia 3 de julho, a direção nacional do PT e a liderança da Câmara criticam e condenam a existência de espionagem política do Exército brasileiro, denunciada pela Folha de S. Paulo. A nota condena a comparação entre o Movimento Sem Terra (MST) com traficantes e bandos organizados.

O texto ressalta ainda a proposta de convocação feita pela bancada petista na Câmara, dos ministros Quintão e do general Alberto Cardoso, chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para explicar o episódio à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão Especial de Controle das Atividades da Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

NOTA OFICIAL

Com relação às reportagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 2 e 3 de agosto sobre as ações de espionagem desenvolvidas pelo Exército brasileiro, a presidência do Partido dos Trabalhadores e a Liderança do PT na Câmara vêm a público criticar e condenar a existência de espionagem política em pleno regime democrático.

Tal prática revela total desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania e aos princípios constitucionais. É inaceitável conceituar entidades e movimentos sociais como "inimigos" e "forças adversas". Isso demonstra uma cultura dos tempos da guerra interna. Condenamos também a comparação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com traficantes e bandos organizados.

As Forças Armadas têm como função a defesa da soberania e dos poderes constitucionais. Não lhes compete espionar brasileiros por motivações ideológicas e nem político partidárias. Essa atitude mostra a falta de controle do atual governo sobre os organismos de inteligência e contra inteligência existentes no país. O PT sempre defendeu instrumentos fiscalizadores e o controle democrático da atividade de espionagem. É necessário estabelecer o controle externo das atividades de informação e contra informação para não ferir os padrões constitucionais e nem as normas democráticas.

Diante da gravidade dos fatos é preciso que a Nação e o Congresso Nacional tenham explicações detalhadas sobre as atividades de "inteligência" realizadas por segmentos das Forças Armadas para que as responsabilidades sejam apuradas e os culpados punidos. Para isso, o PT, por meio de sua bancada na Câmara, vai propor a convocação dos ministros Quintão e do general Alberto Cardoso, chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para explicar o episódio à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão Especial de Controle das Atividades da Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

Brasília, 3 de agosto de 2001

José Genoio, presidente em exercício do PT
Walter Pinheiro, líder do PT na Câmara

SENADO

Senado viverá crise profunda se não processar Jader

"O Senado viverá uma crise profunda de credibilidade caso não processe Jader Barbalho". A declaração é do presidente em exercício do PT, deputado federal José Genoio, ao avaliar a decisão do Conselho de Ética do Senado de investigar as denúncias contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Comissão de três senadores tem prazo de 30 dias para apresentar relatório sobre as denúncias.

"É uma situação irreversível", afirmou José Genoio. Sua opinião é compartilhada por boa parte dos parlamentares do Congresso. Até mesmo peemedebistas acreditam que a situação de Jader é agora insustentável. A previsão mais comum entre os congressistas é que o Conselho de Ética deve recomendar à Mesa do Senado a abertura do processo por quebra de

decoro pelo fato de Jader ter mentido em plenário sobre seu envolvimento no caso de desvio de dinheiro do Banpará e de sua prestação de contas para a Receita Federal.

Banpará
Senadores de oposição assinaram na quinta-feira, dia 2, requerimento à Procuradoria Geral da República solicitando cópia da nota técnica do Ministério Público Federal sobre as investigações a respeito do desvio de recursos do Banco do Estado do Pará, entre 1983 e 1987. A nota faz um mapeamento bancário da fraude e é considerado documento sigiloso. "O instituto do sigilo bancário não pode ser usado para acobertar crime contra o patrimônio público", disse a senadora Heloísa Helena (PT-AL), uma das signatárias do requerimento. A petista cita a jurisprudência sobre o assunto para justificar o acesso dos membros do Conselho de Ética do Senado ao documento.

NOTAS

Petistas na posse de Toledo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o secretário de Relações Internacionais do PT, deputado federal Aloizio Mercadante (SP), estiveram nos dias 28 e 29 de julho na posse do presidente do Peru, Alejandro Toledo. Os petistas participaram das cerimônias no sábado em Lima e no domingo em Machu Pichu, que homenageou a população indígena do país. Toledo assume o país após uma série de escândalos que levaram à renúncia do presidente Alberto Fujimori. Para Mercadante, a expectativa em torno do governo Toledo "está no aprofundamento da democracia no país". O dirigente petista faz referência ao governo autoritário que antecede e ao qual se opôs o novo presidente.

Curso à distância para vereadores

A Fundação Perseu Abramo e o PT nacional finalizam no próximo dia 20 as inscrições para o Curso de Formação à Distância para Vereadores. O curso à distância aborda aspectos políticos e jurídicos do cargo e terá duração prevista de três meses. Em 2000 foram eleitos 2.462 vereadores pelo PT em todo o país. Em cada Estado os participantes do curso estarão apoiados por tutores especialmente capacitados para a função.

Maiores informações e inscrições no site da fundação: www.fpabramo.org.br

Periscópio

Mais uma edição do Periscópio está disponível na internet. O artigo "A estratégia da aranha" abre a publicação eletrônica, produzida pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação Política do PT. De acordo com o texto "o governo FHC enfrenta a crise aberta do paradigma neoliberal com a estratégia de enredar o país em sua teia, como fez com a Argentina, embora os EUA relutem em fazer o jogo como antes, pois a estratégia pode estar com os dias contados". O endereço é www.fpabramo.org.br

Nova edição da Teoria e Debate

A Fundação Perseu Abramo já lançou a nova edição da revista *Teoria e Debate*. No novo número, o sociólogo Francisco de Oliveira revela o que está por trás das divisões no bloco governista. O físico Luiz Pinguelli Rosa denuncia a incúria do governo federal no tratamento da crise de energia elétrica e o jornalista Juca Kfoury, em entrevista, relata o submundo do futebol e exalta a importância do trabalho investigativo realizado pelas CPIs. Tem também matéria exclusiva com Boaventura de Sousa Santos, sociólogo português, que fala de suas teses sobre a reconstrução da idéia emancipatória. Mais informações sobre a revista

são encontradas no site da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br).

PT, os Cabeças do Congresso

Na oitava edição da série "Os Cabeças do Congresso Nacional" elaborada pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) o PT lidera a lista como o partido que tem o maior número de parlamentares escolhidos. Ao todo, 22 petistas foram indicados pelo Diap como os mais influentes do Poder Legislativo. São 17 deputados e cinco senadores.

O Diap identifica e classifica os parlamentares em cinco categorias: debatedores, articuladores/organizadores, formuladores, negociadores e formadores de opinião. A classificação adotada, segundo os organizadores, tem a finalidade de evidenciar as habilidades dos parlamentares que influenciam, decidem e sustentam as decisões do Poder Legislativo. As classificações adotadas não são excludentes. Assim, um parlamentar pode ter atributos para estar em todas as categorias, de articulador a formador de opinião.

O trabalho de pesquisa é supervisionado pelo diretor técnico do Diap, Ulisses Riedel de Resende, e coordenado pelo diretor de Documentação do Departamento, Antônio Augusto de Queiroz.

Confira na tabela abaixo o nome dos 17 deputados e dos cinco senadores petistas que aparecem entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo avaliação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Deputados: Aloizio Mercadante (SP), Doutor Rosinha (PR), Henrique Fontana (RS), Geraldo Magela (DF), Jair Meneguelli (SP), Jacques Wagner (BA), João Cóser (ES), João Paulo (SP), Jorge Bittar (RJ), José Dirceu (SP), José Genoio (SP), Milton Temer (RJ), Paulo Paim (RS), Paulo Rocha (PA), Ricardo Berzoini (SP), Walter Pinheiro (BA) e Wellington Dias (PI).
Senadores: Eduardo Suplicy (SP), Emília Fernandes (RS), Heloísa Helena (AL), José Eduardo Dutra (SE) e Marina Silva (AC).

Greve geral de servidores federais

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, anunciou uma greve geral de funcionários públicos federais para setembro, caso o governo não inclua na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a previsão de reajuste de salários dos servidores e de ganhos reais ao salário mínimo. A CUT pediu uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de estabelecer uma negociação. "Queremos uma solução negociada, mas, caso não dê certo, não resta outra alternativa, senão a greve geral", disse Felício. Os servidores federais, que já está mobilizado em alguns setores, não recebe reajuste há sete anos. Segundo a CUT, as perdas somam 84%.

CUPOM DE assinatura

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

Assinatura anual: R\$ 50,00

1) **Cheque nominal** à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) **Depósito bancário** nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) **Cobrança bancária.**

4) **Cartão de crédito:**
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

CPF _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
 Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana - 04117-091 - São Paulo - SP
 Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

<p>PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Genoio (em exercício)</p> <p>SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozeas Duarte</p> <p>JORNALISTA RESPONSÁVEL Fernanda Estima - MTb 25075</p> <p>REDAÇÃO Rosana Ramos, Fernanda Estima, Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier</p> <p>DIAGRAMAÇÃO Cláudio Gonzalez</p>	<p>APOIO ADMINISTRATIVO Ana Troccoli</p> <p>ILUSTRAÇÕES Vicente Mendonça</p> <p style="text-align: center; background-color: #0056b3; color: white; font-weight: bold; font-size: 0.8em;">SEDE</p> <p>Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000 Tel.: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349 E-mail: ptnot@pt.org.br Página na internet: www.pt.org.br</p> <p>Tiragem: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Artpress</p>
---	--

SUPLEMENTO ESPECIAL

PT *notícias*

JORNAL DO DIRETORIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES



AGOSTO/2001

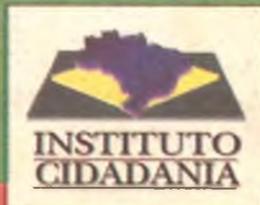
Programa Econômico

DO INSTITUTO CIDADANIA

UM OUTRO BRASIL
É POSSÍVEL

*"Em nenhum momento de nossa história
foi tão grande a distância entre o que somos
e o que esperávamos ser como Nação"*

Celso Furtado, 1999



Wenderson

S U M Á R I O

Programa Econômico



UM OUTRO BRASIL É POSSÍVEL



I. A RECONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E O RESGATE DO SOCIAL

II. CONDICIONANTES HISTÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO

- 2.1. A blindagem internacional do neoliberalismo globalizado.
- 2.2. A herança brasileira do neoliberalismo tardio.
- 2.3. Crise e fragmentação social.

III. COMPROMISSOS E METAS BÁSICAS DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

IV. A CONSISTÊNCIA DO NOVO MODELO

- 4.1. Um novo contrato social pelas mudanças.
- 4.2. O social como eixo do desenvolvimento.
- 4.3. A nova dinâmica econômica.
- 4.4. A macroeconomia do novo modelo.

V. A CARTA DE RESPONSABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL

“Queremos construir um novo modelo de desenvolvimento que resgate todos os valores éticos que inspiraram as lutas históricas pela justiça social e pela liberdade.”



I. A RECONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E O RESGATE DO SOCIAL



No início deste novo milênio, o Brasil ainda possui uma significativa estrutura produtiva construída

pelo trabalho sofrido de muitas gerações. Apesar disto, a riqueza e a renda se mantêm excessivamente concentradas; a pobreza, a violência e a exclusão social estão por toda parte, condenando multidões de brasileiros a uma luta diária e trágica pela sobrevivência e à mais absoluta desesperança com o futuro. A estagnação do crescimento econômico nas duas últimas décadas faz com que nas novas gerações esteja desaparecendo a própria esperança de desenvolvimento do Brasil, sentimento tão forte em nosso passado.

Entender com profundidade a interrupção do processo de desenvolvimento e construção da nação impostas pelo neoliberalismo e pelo atual governo não é uma tarefa simples. Muito mais difícil, no entanto, será superar as pesadas heranças e amarras deixadas por este período de nossa história e construir um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Não aceitamos continuar renunciando a um projeto próprio de Nação e reduzir as ações do Estado ao simples abrir espaços para o avanço do mercado, como faz o atual governo. Nosso compromisso é construir um modelo que seja capaz de superar a miséria e a extrema desigualdade que hoje vitimam a sociedade brasileira. Um modelo articulador da vontade popular comprometida com um projeto democrático capaz de resgatar o destino nacional, a cidadania e o primado da soberania.

Queremos construir um novo modelo de desenvolvimento que resgate todos os valores éticos que inspiraram as lutas históricas pela justiça social e pela liberdade. Um

modelo que respeite nosso imenso patrimônio cultural e nossas peculiaridades e desenvolva o potencial deste país que possui a maior biodiversidade do planeta, que detém grandes reservas de recursos naturais, uma continentalidade territorial, mão-de-obra qualificada desempregada e um significativo parque produtivo.

Estamos propondo uma refundação do contrato social que sustenta a Nação e o Estado brasileiros na perspectiva de construir uma sociedade politicamente mais participativa, economicamente inclusiva, socialmente mais justa e culturalmente pluralista. Queremos lembrar que o Estado-Nação é formado essencialmente pelo território, povo e soberania e é nessa perspectiva que queremos resgatar os espaços perdidos de soberania e o espírito de serviço público, com um Estado desprivatizado e apropriado plenamente pela cidadania.



Para isto, teremos de romper com o voluntarismo utópico e ingênuo que tantas vezes

entusiasmou e frustrou as propostas históricas da esquerda brasileira, mas principalmente romper com o conformismo fatalista de um pretense pragmatismo que continua se sustentando na sonegação dos direitos históricos da maioria popular do país. No mundo contemporâneo este pragmatismo capitulacionista tem encontrado sua expressão maior na assim chamada Terceira Via.

Os principais paradigmas que inspiraram a formulação de modelos de desenvolvimento no século XX entraram em crise. O colapso do socialismo real na Europa Central e do Leste, assim como na extinta URSS, e os descaminhos da maioria das experiências social-democratas européias dificultaram e dificultam a formulação de alternativas à globalização sob hegemonia liberal. Da mesma forma, a nova correlação de forças que sucedeu a bi-polarida-

de leste/oeste debilitou (ou inviabilizou) as experiências que no pós Segunda Guerra Mundial haviam buscado construir um caminho nacional de desenvolvimento.



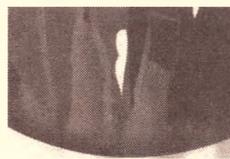
O novo quadro mundial coloca um imenso desafio econômico, mas, sobretudo social e político ao nosso projeto de sociedade. Este supõe crescimento com forte distribuição de renda, capaz de atender às enormes demandas sociais existentes e produzir um amplo processo de inclusão social. Exige sustentabilidade ambiental, radicalização da democracia e afirmação cidadã. Nossa alternativa prevê, finalmente, presença soberana no mundo e alianças internacionais capazes de resistir à atual relação mundial de forças e, na medida do possível, alterá-la.

O novo contrato social proposto por nós representa um compromisso estratégico com os direitos humanos e uma completa mudança de rumo. O Brasil caminhará em direção a uma alternativa ao neoliberalismo que, necessariamente, terá que vir acompanhada de uma disputa de hegemonia com a cultura da mercantilização excessiva propagada pela globalização capitalista. É esta que articula valores, relações sociais, controles institucionais e que determina atitudes, comportamentos e projetos individualistas, oportunistas e consumistas inclusive entre os próprios excluídos e oprimidos.

Nosso projeto de nação tem a opção clara por uma sociedade solidária, e não predatória e excludente como esta impulsionada pelo neoliberalismo. Queremos superar o processo de despolitização das relações sociais, onde o social é substituído pelo econômico e o econômico pelo mercado. As bolsas de valores e os mercados financeiros não podem regular a sociedade. O mercado não produz justiça e nem têm qualquer compromisso com a ética e o futuro. O mercado não pode

substituir o debate público e democrático, e as decisões que daí emanam, as únicas capazes de assegurar a proteção ao meio ambiente e a justiça social.

Além do avanço das lutas populares e de uma participação ativa da sociedade civil, será também necessário construir alianças com outras forças políticas do país e um amplo leque de apoio internacional. A consolidação de processos semelhante nos países que começam a construir alternativas ao modelo neoliberal na América Latina e no nível global terá um papel decisivo. Não estamos sozinhos e nem podemos optar pelo isolamento econômico, político e cultural. Nossa perspectiva é universalista em seus objetivos e reivindica uma inserção ativa e soberana do Brasil na economia internacional. Para tanto devemos construir uma política alternativa de regionalização, que passa pelo fortalecimento e aprofundamento do Mercosul, entendido como espaço de conjugação de políticas ativas de desenvolvimento. Um Mercosul revigorado e ampliado deve ser importante instrumento de articulação de forças na América Latina, especialmente na América do Sul, ao mesmo tempo em que se buscam alianças com grandes potências emergentes como a Índia, China, África do Sul ou Rússia.



Não se deve perder a perspectiva de que a globalização monopolista e excludente em curso se processa em múltiplos planos e modifica aspectos relevantes das sociedades nacionais. Não há fronteiras para as mercadorias e para o capital que se concentram em poucos países. No entanto os povos, especialmente os mais pobres, continuam condenados a viver no território de seus países. Por isso, a questão social é indissociável da questão nacional. As soluções sociais são necessariamente nacionais e exigem um projeto de nação e uma inserção ativa na economia

internacional, além de uma luta contínua por uma ordem mundial mais equitativa e democrática.

O que propomos, é o resgate da identidade nacional e a elevação da questão social a eixo central de um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

“É fundamental desenvolver, no plano interno, a consciência de que a implantação da ALCA representa a fragilização de nosso sistema produtivo...”

II. CONDICIONANTES HISTÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO

2.1. A blindagem internacional do neoliberalismo globalizado.



O atual modelo de desenvolvimento é a versão local de um conjunto de políticas de progressiva liberalização dos fluxos de capitais no plano internacional e desregulação das economias domésticas, postas em prática desde início dos anos 80, após a desestruturação da ordem de Bretton Woods. Isto significa que os graus de liberdade na formulação de políticas alternativas estarão fortemente condicionados pelo contexto internacional e pela trajetória das economias centrais, em especial a norte-americana.

As políticas liberais foram acompanhadas de uma nova institucionalidade internacional. Além do Banco Mundial e do FMI, a Organização Mundial do Comércio (OMC) ocupou um papel de destaque em pressionar e monitorar a liberalização comercial e garantir as práticas monopolistas das grandes corporações transnacionais. As dezenas de paraísos fiscais e a ausência de mecanismos de regulação e controle sobre o sistema financeiro promovem uma fragilização dos bancos centrais, especialmente dos países periféricos, ante os movimentos especulativos do grande capital financeiro internacional.

Na América Latina as pressões para implantação e até antecipação da ALCA -Área de Livre Comércio das Américas - e o avanço do processo de dolarização de algumas economias da região vão desenhando um cenário de perda crescente de poder de decisão dos estados locais e controle progressivo dos EUA sobre a economia regional. É fundamental desenvolver, no plano interno, a consciência de que

a implantação da ALCA representa a fragilização de nosso sistema produtivo através do reforço à especialização em atividades tradicionais e limitações à diversificação do parque produtivo em direção aos setores com maior conteúdo tecnológico. Ademais, representará uma significativa desnacionalização dos Serviços, incluindo setores chave na construção da cultura e identidades nacionais, tais como a Educação e a Comunicação.

O debate acerca dos impactos da ALCA tem se centrado invariavelmente na questão do acesso aos mercados, tema relevante, mas não necessariamente o mais importante, nem o que produzirá efeitos mais danosos. Nas demais questões o problema da assimetria entre os participantes do acordo deverá aparecer ainda mais acentuado do que no âmbito restrito da questão comercial. O conjunto de acordos visa criar um espaço homogêneo para operação do capital no espaço americano, a partir da convergência da regulamentação num conjunto de questões chave tais como: desregulamentação dos fluxos de capital; proteção de investimentos estrangeiros; compras governamentais; abertura do setor serviços; propriedade intelectual e acesso a mercados.



A assimetria será indiscutível e beneficiará os EUA, país no qual o capital já consolidou formas de operação mais avançadas, seja do ponto de vista tecnológico, da organização, ou mesmo da magnitude. Assim, alguns dos que defendem a ALCA o fazem por interesses concretos, como é o caso das empresas americanas, que terão acesso a novas possibilidades de investimento em setores sobre os quais pesavam restrições ou mesmo proibições, sobretudo nos serviços. Outros apóiam a iniciativa por razões ideológicas, pois enxergam na liberalização um mecanismo de ampliação da concorrência e, portanto da eficiência. Supõem, portanto que a homogeneização do

espaço econômico das Américas sob a égide do capital americano elevará os padrões de eficiência e produção das demais economias. Estes últimos esquecem, todavia, de considerar as escassas possibilidades de concorrência de nossas empresas no espaço econômico dos EUA.



A discussão mais aprofundada dos efeitos da homogeneização ainda está para ser realizada. Alguns dos seus impactos podem ser antevistos na discussão do comércio ou mais precisamente do acesso aos mercados. O eixo dos acordos neste setor diz respeito à criação de um cronograma para a eliminação das barreiras tarifárias entre os países membros. Concretamente quando se analisa a estrutura tarifária vigente hoje nos EUA percebe-se de imediato que os países latino americanos e especialmente o Brasil têm pouco a ganhar com as mudanças. Isto porque o protecionismo norte-americano não se manifesta em proteção não tarifária. As tarifas já são reduzidas nos EUA e, mais que isto, bem menores do que as do nosso país e nos demais, sobretudo na América do Sul. Isto não exclui a permanência de uma atitude protecionista dos EUA em diversos setores industriais nos quais possuem pouca competitividade, bem como a completa exclusão da agricultura do acordo de livre comércio.

Segundo dados da CEPAL, nos últimos anos a média das tarifas incidentes sobre as exportações do Mercosul para os EUA foi de 2,4 %. Quando se considera o Brasil isoladamente, este número amplia-se um pouco para 6,6%. Na mão contrária, as importações oriundas do EUA pagam no Brasil uma tarifa média de 12,8%. Há a considerar no caso brasileiro a existência de alguns picos tarifários nas nossas exportações de suco de laranja, calçados e vestuário, segmentos nos quais o acordo poderia implicar ganhos de exportações. De qualquer modo a comparação das tarifas não deixa dúvidas sobre os

potenciais beneficiários do processo.

A questão central, portanto, diz respeito à proteção não tarifária. Há nos países desenvolvidos e em especial nos EUA normas sanitárias, de respeito ao consumidor, e ao meio ambiente, bastante rígidas sustentadas em aparatos fiscalizadores bastantes eficazes e que podem operar como poderosas barreiras não tarifárias às nossas exortações. Essa é, aliás, uma característica que diz respeito não só ao comércio, mas ao conjunto de atividades que serão liberalizadas criando, na prática dificuldades de acesso de nossas exportações e serviços ao mercado norte-americano.

Para enfrentar a iniciativa da ALCA e propor formas alternativas de integração continental necessita-se de uma ampla coalizão nacional de forças e de um complexo processo de alianças no continente. Esse esforço de alianças anti-ALCA envolve inclusive forças progressistas no interior dos Estados Unidos.

O Mercosul, que poderia vir a ser uma importante alternativa no plano regional, vive uma grave crise, não apenas pela convivência difícil entre dois regimes cambiais quase antagônicos, mas, em especial, pela falta de iniciativas no plano econômico político, cultural e social que permitam consolidar um pólo de resistência articulado no contexto de crise econômica, social e política dos diversos países latino americanos. Seria imprescindível um efetivo relançamento do Mercosul, que permitisse articular outros países além dos já participantes, como por exemplo a Venezuela, através de projetos comuns de desenvolvimento nas áreas produtiva, e de pesquisa científica e tecnológica.

No plano militar, iniciativas como o Plano Colômbia vão demonstrando o absoluto desprezo pelo princípio de autodeterminação dos povos e a submissão da ONU, em especial do seu Conselho de Segurança, à vontade política e aos interesses estratégicos do Departamento de Estado dos EUA. O Plano Colômbia tem efeitos

desestabilizantes sobre toda a região andina. Já intervém na situação interna do Equador; ameaça Peru e Venezuela. Busca isolar o Brasil e pode representar a militarização da região amazônica com forte presença das forças armadas dos EUA.

Estamos, portanto, atravessando um período histórico no qual o governo dos EUA se coloca como avalista em última instância de todas as mudanças importantes no plano político e econômico internacional, em especial na América Latina. Teremos que tensionar e promover rupturas parciais com toda esta blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado. Neste sentido, será decisivo utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular forças dos povos que lutam por sua identidade e independência. E, ainda, fortalecer o movimento em defesa da taxa Tobin e pela constituição de um fundo internacional de combate à pobreza, pelo fim dos paraísos fiscais, pela criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais e pelo estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital externo especulativo. A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres, aqueles classificados como menos desenvolvidos pela UNCTAD, deve ser acompanhada pela perspectiva de renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do Terceiro Mundo e devem ter destaque na política internacional do novo governo.

2.2. A herança brasileira do neoliberalismo tardio.



O Brasil viveu, inicialmente com o governo Collor e mais tarde com a aliança conservadora que sustenta FHC, a implantação de um projeto neoliberal tardio. Tardio em duplo sentido, de um lado porque o *impeachment* e a força da oposição popular retardaram a realização da sua agenda de reformas regressivas. De outro,

porque se implantou no país em um momento no qual várias economias latino americanas já davam sinais de esgotamento do modelo calcado nas políticas de inspiração liberal.

O Brasil realizou, nos anos 90, um intenso processo de liberalização financeira, compreendendo o aumento da conversibilidade da conta de capital do Balanço de Pagamentos e a desnacionalização de seu sistema financeiro. Há um consenso, entre os críticos desta abertura, quanto ao seu efeito no aumento da vulnerabilidade externa e à pequena importância no financiamento das atividades produtivas internas, em especial no que se refere ao investimento.



Excetuando-se o investimento direto estrangeiro, que apresentou um crescimento

acelerado por causa do volume de aquisições de patrimônio nacional nos últimos anos, todos os demais fluxos mostraram-se bastante voláteis, apresentando, reversibilidade nos momentos de grande turbulência dos mercados financeiros globais. Poucas foram as formas de absorção de recursos financeiros que representaram financiamento de fato para as empresas e atividades produtivas, destacando-se a emissão de títulos no exterior e algumas modalidades de papéis como parcela dos ADRs. Os investimentos diretos estrangeiros, embora volumosos, tiveram escasso significado na elevação da taxa de investimento da economia, já que, em sua maioria, destinaram-se às privatizações e aquisição de empresas privadas pré-existentes.

Além disso, a abertura financeira restringiu fortemente a autonomia da política macroeconômica doméstica. A liberalização dos fluxos de capitais sujeitou a taxa de juros doméstica às regras de formação dos mercados financeiros globais. Ou seja, não é mais possível atualmente ter uma taxa de juros doméstica de curto prazo distinta daquela paga nos títulos brasileiros negociados nos mercados

externos, sob pena de provocar uma maciça fuga de capitais.

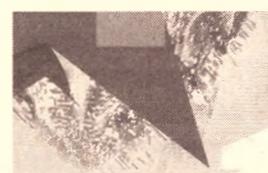
Outro elemento constitutivo da inserção externa no âmbito do modelo liberal foi a abertura comercial. Pela sua forma e velocidade, esta abertura terminou por produzir uma regressão expressiva do setor produtivo doméstico e uma precarização do nosso comércio exterior. Ao longo da década o Brasil perdeu um superávit comercial expressivo, que chegou a alcançar US\$ 15,3 bilhões em 1992. A combinação da abertura comercial, apreciação cambial e aceleração do crescimento do PIB, produziu entre 1995 e 1998, o aparecimento e a ampliação de déficits comerciais como aquele na casa dos US\$ 8,3 bilhões observados em 1997, refletindo o crescimento mais que proporcional das importações ante as exportações. Isto porque o Brasil é hoje, com poucas exceções, um importador de bens de elevado conteúdo tecnológico e um exportador de *commodities* largamente intensivas em trabalho e recursos naturais. Esta é a razão estrutural para os recorrentes déficits comerciais difíceis de serem eliminados até mesmo por desvalorizações cambiais expressivas e forte desaceleração do crescimento como as observadas em 1999 e 2000.

Este processo econômico produziu uma modernização truncada em alguns setores e um aumento de produtividade em um número limitado de atividades, sem efeito sistêmico. No entanto, gerou uma dependência significativa de importações, desarticulou complementaridades na cadeia produtiva, reduziu externalidades e debilitou a capacidade de geração endógena de tecnologia. Na agricultura, a compressão da renda e a descapitalização dos pequenos e médios produtores aprofundaram ainda mais a crise social aguda acelerando o processo de ruína e reconcentração fundiária por que passa a agricultura familiar.

O crescimento econômico medíocre e os ciclos breves e setorialmente concentrados do investimento

mantêm importantes setores com capacidade ociosa, localizados prioritariamente na indústria de bens de consumo duráveis e particularmente nas montadoras. Estas podem suportar um aumento rápido da demanda, mas convivem com segmentos produtores de bens e serviços de consumo de massa (Têxtil, calçados, alimentos) e de bens Intermediários (Papel e Celulose) ou de Insumos como Energia, nos quais a ausência de investimentos coloca limites importantes para a rápida ampliação da produção e consequentemente da melhora da distribuição de renda impulsionada pela elevação mais rápida dos salários .

As privatizações sem marco regulatório eficaz e a fragilidade do Estado debilitaram a infra-estrutura, comprometendo a competitividade sistêmica e o potencial de crescimento da economia. Mais que isto, provocaram um aumento sem paralelo nos preços relativos de bens públicos importantes como energia elétrica, telefonia, transporte. Em razão do encarecimento, esses bens passaram a gravar uma parcela elevada da renda de amplas camadas da população, especialmente a mais pobre.



O ajuste neoliberal impôs um baixo dinamismo econômico, uma instabilidade

permanente da economia e um profundo processo de exclusão social. O mercado de trabalho foi duramente afetado com o avanço acelerado do desemprego, a precarização das relações de trabalho e a ofensiva conservadora contra as organizações populares e os direitos sociais. A reforma da legislação trabalhista, já anunciada como prioritária pelo Governo, é o passo final para a institucionalização do arbítrio do capital no mercado de trabalho.

Estas modificações estiveram associadas a uma estratégia de estabilização, o Plano Real, que, apesar de inovações metodológicas no

mecanismo de desindexação com a utilização da URV, teve na articulação entre o aumento acelerado das importações e absorção de recursos financeiros externos o centro do programa de estabilização. A âncora cambial foi o eixo central da política de estabilização inflacionária na sua primeira fase, associada a uma política monetária de juros elevadíssimos. Esta política gerou um imenso passivo dolarizado privado e uma vulnerabilidade cambial e dependência de capital externo volátil associada a uma elevação brutal da taxa de juros, que promoveram um acelerado processo de endividamento e fragilização financeira pública e privada.



O país possui agora um déficit na conta de transações correntes no

balanço de pagamentos muito elevado e estrutural de 4% a 5% do PIB. O passivo externo líquido aumentou muito nos últimos anos em decorrência do endividamento externo acelerado e da desnacionalização profunda da economia, sendo estimado atualmente em mais de US\$ 400 bilhões. A dívida externa é predominantemente privada, mas o setor público continua com uma dívida de cerca de US\$ 90 bilhões e o passivo dolarizado de curto prazo é muito elevado e de grande potencial desestabilizador. Os encargos anuais desse passivo externo - exclusive amortizações da dívida - já superam 40% do valor das exportações, criando uma situação de fragilidade externa permanente.

Agregue-se que a farta liquidez internacional que prevaleceu nos anos iniciais de vigência do Plano Real não deve manter-se nos próximos anos. A ocorrência de novas turbulências financeiras e restrições no financiamento externo são muito prováveis no próximo período histórico. A desaceleração das economias americana e européia e a crise econômica japonesa têm um papel relevante na definição desta tendência e caso se consolide pode

dificultar também a evolução das exportações brasileiras.

O crescimento explosivo da dívida líquida do setor público a partir de 1994, seu perfil de curto prazo e, principalmente, o aumento brutal da conta de juros aprisionaram a política fiscal do governo e sua capacidade de realizar gastos ativos com maior conteúdo social. O potencial desestabilizador da economia decorrente dos encargos financeiros internos e externos e o comprometimento da capacidade de regulação do Estado serão, seguramente, os grandes desafios de uma política fiscal de caráter redistributivo e indutora do crescimento.

2.3. Crise e fragmentação social.

A crise social avança em uma velocidade alarmante. A fome e os níveis de desemprego e pobreza cresceram acompanhados pela escalada da violência, do narcotráfico e do crime organizado cada vez mais infiltrado nos altos escalões do Estado.

Os elevados níveis de desemprego aberto, uma péssima novidade na história contemporânea do país, associados à informalização do emprego, deterioraram as condições do mercado de trabalho e agravam o histórico processo de concentração da renda e da riqueza no país. A taxa de desemprego aberto aumentou em mais de 50% entre 1994 e 2000, o rendimento médio dos ocupados vem caindo persistentemente desde 1997 e a participação dos salários no PIB encontra-se no nível mais baixo das últimas décadas. Estamos com cerca de 55 milhões de pobres, dos quais 23 milhões são indigentes, e 10 milhões de desempregados.

Paralelamente, aumentou significativamente o peso relativo das remunerações à propriedade e ao capital, ao mesmo tempo em que aumentava a concentração no interior desse segmento, via, entre outras coisas, a ciranda financeira e o processo de concentração e centralização do capital em curso em diversos setores da economia.

Recorde-se que em 1995, 53% do estoque líquido de riqueza privada do país e 17% da renda nacional eram controlados por apenas 1% da população, aproximadamente 400.000 famílias. Este segmento social está entre os principais beneficiários do extraordinário aumento das despesas nominais do setor público com juros da dívida interna, que atingiram no período 1995/2000 aproximadamente 300 bilhões de reais, a maior parte dos quais convertidos em novos títulos da dívida pública.

No plano regional, constata-se, durante os anos 90, uma reconcentração das atividades econômicas nas regiões mais ricas do país revertendo a tendência de desconcentração observada nos anos 70 e 80. A guerra fiscal e a crise do pacto federativo resultantes da ausência de uma política de desenvolvimento regional acirram os conflitos inter-regionais e geram uma perda de sentimento de unidade nacional.



O desmonte do Estado, que se deu nas três esferas de Governo, constituiu-se em

elemento essencial da crise do pacto federativo e tende a aprofundar as desigualdades regionais. O Governo FHC conseguiu implantar a política de redução do setor público em compasso com a maioria dos estados e municípios. Governadores e Prefeitos aderiram (ou sucumbiram) em todo o país aos programas de reforma do estados financiados sob orientação do BACEN, assinando compromissos e metas de gestão draconianos.

Foram realizados programas de privatizações (energia, telecomunicações, estradas estaduais), programas de demissão de servidores (implementados de forma generalizada e com resultados catastróficos nas áreas sociais), extinção dos sistemas financeiros estaduais (PROES) e dos sistemas de poupança para habitação popular, todos realizados a partir da tutela do governo federal.

Em simultâneo, ocorreu uma profunda alteração de competências no que se

refere à execução e gestão de serviços públicos com a reconcentração de recursos na União e sua crescente desobrigação com o social. A divisão de recursos e responsabilidades estabelecida na Constituição de 88 foi desorganizada com a criação e recriação de fundos e normas que conduziram à ampliação das responsabilidades das Prefeituras ou, o que é pior, das Organizações Sociais terceirizadas levando à crescente deterioração da frágil rede de proteção social.

A degradação da qualidade do ensino público em um país no qual a média de escolaridade da população é de apenas 6,6 anos, a precariedade do sistema de saneamento básico e o retrocesso das políticas de assistência social vão promovendo um rebaixamento do nível e qualidade de vida, em especial nas grandes cidades.

A crise moral da elite política e empresarial, com o processo de corrupção epidêmica acompanhada pela mais completa impunidade, vai desmoralizando as instituições democráticas. Paralelamente, o governo abafa todas as denúncias, tenta imobilizar as instituições responsáveis pela fiscalização do Executivo e governa autoritariamente por medidas provisórias. Durante o Governo FHC foram editadas 3572 medidas provisórias e o Poder executivo foi responsável por 80% das matérias aprovadas no Congresso Nacional.

III. COMPROMISSOS E METAS BÁSICAS DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO



A construção de um novo modelo de desenvolvimento se dará nos marcos do

estado de direito e terá que equacionar limitações legais e institucionais extremamente graves. Isto significa que as reformas políticas e institucionais tendem a assumir um papel decisivo e exigirão intensa pressão popular e base de sustentação parlamentar.

A distribuição de renda e riqueza para a conformação de um amplo mercado de consumo de massas e políticas sociais básicas e universais são os eixos do novo modelo de desenvolvimento. A construção deste processo exige políticas sociais de urgência histórica, mas que necessariamente devem estar direcionadas para as reformas estruturais que dão sustentabilidade à nova estratégia de desenvolvimento.

Estamos propondo um conjunto de políticas que modifiquem o modelo de desenvolvimento, através de uma mudança na alocação dos recursos na produção e de um redirecionamento das políticas fiscal, de crédito e de abastecimento que permitirão, em conjunto, impulsionar o crescimento econômico e modificar o padrão de distribuição de renda e de consumo. A velocidade de transição para um novo modelo depende decisivamente da capacidade de alavancar os investimentos e reorientar a estrutura produtiva em direção ao mercado de consumo de massas.

Nossas propostas representam uma mudança profunda de rumo do país, mas serão transparentes e previsíveis e marcadas pela disposição permanente de diálogo e negociações que não comprometam os princípios

fundamentais de nosso projeto, que são promover a inclusão social das maiorias populares empobrecidas, resgatar nossa identidade nacional e aprofundar a democracia colocando o povo no centro do processo decisório.

Como mecanismo essencial de gestão do novo modelo propomos patrocinar e incentivar aquilo que tem sido a marca principal das administrações petistas nas esferas subnacionais, a democratização do Estado. Além das garantias à democracia representativa será essencial estimular decididamente a participação popular através de instrumentos como o orçamento participativo, conselhos comunitários, conselhos de usuários, câmaras setoriais, etc.

Os principais compromissos do novo modelo são:

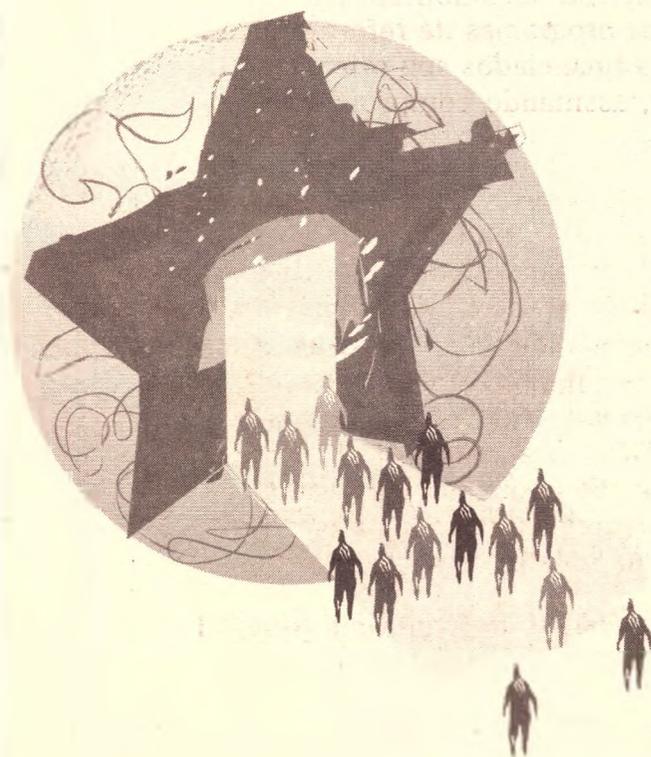
a) Crescimento econômico sustentado, e ampliação do emprego formal

Voltar a crescer é uma exigência e uma possibilidade histórica para o Brasil. Com as mudanças profundas das políticas públicas e centrando o dinamismo do mercado interno na expansão do consumo de massas poderemos retomar o crescimento sustentado. Um padrão de crescimento dessa natureza gera menos pressões sobre a balança comercial, dado o baixo componente importado da maior parte dos bens e serviços básicos, sendo, portanto menos vulnerável às restrições externas existentes.



É possível crescer modificando o atual estilo de desenvolvimento

concentrador e excludente, sempre que se consiga mobilizar a capacidade produtiva instalada na indústria, na agricultura e nos serviços. Existe, além disso, abundância de terras férteis, capacidade não utilizada em importantes segmentos produtivos e mão-de-obra qualificada desocupada. A utilização dos recursos disponíveis carece de políticas públicas adequadas, sobretudo as fiscais, creditícias e de abastecimento.



O crescimento é absolutamente indispensável para gerar empregos. Sem crescimento econômico, as políticas de emprego assumem caráter compensatório e não conseguem enfrentar o desemprego e a precarização das relações de trabalho daí decorrentes.



No entanto, apenas crescimento econômico não basta. Por um lado, este deve ser

acompanhado de políticas específicas, para potencializar a criação de postos de trabalho e reduzir o excedente de oferta de mão de obra. No primeiro caso, se incluem uma maior proteção ao trabalho, a redução da jornada e o maior controle e encarecimento das horas extras. No segundo caso, tem papel relevante as políticas destinadas a reduzir o excedente estrutural de oferta de força de trabalho, tais como a reforma agrária o apoio à agricultura familiar, e o aumento da escolaridade.

É também indispensável que este crescimento venha acompanhado da elevação do gasto público (em habitação, saneamento e infraestrutura econômica) e da expansão das políticas públicas (em educação e saúde) que além de favorecer a redução da desigualdade, têm historicamente mostrado sua extraordinária capacidade de geração de empregos.

b) Recuperação da infra-estrutura básica

A privatização de empresas de serviços públicos sem consideração às necessidades de longo prazo e, portanto, sem compromissos de investimentos, bem como a ausência de um marco regulatório eficiente está impedindo novos investimentos em setores estratégicos como a Energia e Transportes, e já comprometem uma trajetória de crescimento sustentado.

O objetivo central de um novo modelo será assegurar a ampliação da oferta nos serviços de infra-estrutura em ritmo compatível com o do crescimento econômico. Dessa perspectiva, um dos equívocos

centrais do atual modelo foi o de privatizar os ativos existentes e não os novos investimentos. Se, como alega o atual Governo, o problema era o de escassez de recursos, teria sido mais correto deixar o estoque de ativos sob controle do Estado e privatizar o novo investimento. Como isto não foi feito, as empresas estatais terão de desempenhar papel relevante nos novos investimentos, sobretudo na área de Energia.

No conjunto dos setores privatizados, o novo governo terá que assegurar investimentos que ampliem de forma sustentável a infra-estrutura nacional, exigindo metas dos novos concessionários, além de recuperar o planejamento e realizar investimentos públicos nos setores nos quais eles fizerem necessários. Com essa perspectiva, será necessário alterar o marco regulatório das agências reguladoras nacionais e estabelecer um imposto sobre o lucro extraordinário das empresas privatizadas para financiar os novos investimentos em infra-estrutura.



Para garantir o cumprimento das metas de interesse público e a retomada dos investimentos nos setores privatizados, será necessário ademais, recuperar o poder de fiscalização e controle públicos. Isto ocorrerá pela instituição e ampliação do controle social através do acesso a informações estatísticas e resultados das empresas pelos conselhos de usuários e conselhos setoriais.

A preservação da qualidade dos serviços e a minimização dos riscos ambientais será outra tarefa crucial da regulação. Para tanto será necessário coibir a terceirização das tarefas de manutenção, responsável pela deterioração na qualidade dos serviços e por graves acidentes como o ocorrido neste ano com a plataforma da Petrobrás.

c) Redistribuição da renda e da riqueza

A mudança do modelo de

desenvolvimento implica na mudança no perfil da distribuição de renda do país. Não se trata de crescer para depois distribuir. Trata-se de crescer expandindo aceleradamente a produção para consumo de massas e os serviços públicos universais. Só assim é possível acelerar o crescimento dos salários reais, que começa necessariamente pelo crescimento progressivo e sustentável do salário mínimo e da oferta dos bens que compõem a cesta básica. O aumento do salário indireto através do acesso subsidiado aos serviços públicos essenciais - transporte, água, luz, saneamento - é outra peça essencial da política de redistribuição.

A política redistributiva não deve, no entanto, se esgotar na melhor repartição dos fluxos de renda. É preciso que alcance também os estoques, ou seja, a riqueza. Para tanto, temos que avançar na definição das políticas e instrumentos de distribuição riqueza social, incluindo a ampliação do conceito de uso social da propriedade, no campo e na cidade. Por fim, como a riqueza vem sendo subtaxada historicamente no Brasil e é muito mais concentrada que a própria renda, a sua taxaço pode contribuir decisivamente para melhoria do perfil distributivo do País. Dessa perspectiva não se pode esquecer da importância da reforma agrária e da titulação das pequenas posses rurais e urbanas para promover a desconcentração da propriedade fundiária no país.

d) Novo pacto federativo e redução das desigualdades regionais



Será essencial empreender esforços para a construção de um novo pacto federativo, baseado na cooperação e responsabilidade entre as 3 esferas de poder, e na solidariedade entre entes federados, na busca da superação das grandes disparidades regionais.

Neste sentido, um dos desafios do novo governo será reequestrar as competências para reestruturar as redes públicas de ensino, de saúde, de assistência. Essas políticas públicas

necessariamente deverão operar, com gestão, financiamento e execução partilhadas entre união, estados e municípios.

As possibilidades que emergem a partir de uma nova postura da União como responsável pela superação da fragmentação da ação do estado brasileiro permitiria recuperar, no curto espaço de tempo, capacidade de regulação sobre várias áreas. A união, estados e municípios serão aliados para reconstruir e qualificar os serviços públicos essenciais, a área de infra-estrutura, reforma agrária e habitação popular.

e) Política agrícola

A ampliação da produção de alimentos será garantida por uma política agrícola dirigida à agricultura organizada em bases empresariais e à agricultura familiar. Nos últimos dez anos o financiamento público para a agricultura caiu pela metade, não ultrapassando R\$ 11 bilhões, absolutamente insuficientes para atingir uma safra de 100 milhões de toneladas de grãos. Financiamento, transporte, armazenagem e apoio técnico devem ser mobilizados porque a agricultura permite um retorno rápido, gerando divisas com as exportações, barateando o custo de vida e gerando renda e emprego no campo, sobretudo quando as pequenas propriedades familiares ganham importância na política agrícola.

f) Reforma agrária

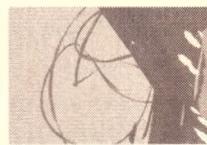


A reforma agrária é outra dimensão estratégica de uma política de enfrentamento da crise social e de fomento da agricultura familiar e da economia solidária. A aceleração do processo de reforma é fundamental para, no curto prazo, aumentar o emprego na agricultura, com um investimento relativamente baixo e praticamente sem gastos relevantes em divisas, e proporcionar segurança alimentar aos trabalhadores sem terra e suas famílias. A ulterior expansão e integração da produção de alimentos,

paralelamente à consolidação das diversas formas e níveis de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará um papel central na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional.

Sem prejuízo de outras formas secundárias que possam ser utilizadas em situações específicas, o instrumento central de obtenção de terras para a reforma agrária será a desapropriação por interesse social. A elevação da eficácia da reforma será alcançada, adicionalmente, através da ampliação da participação dos beneficiários em todas suas fases e da implantação de esquemas de financiamento e comercialização que contribuam a viabilizar economicamente as unidades produtivas que sejam criadas.

g) Prioridade à habitação popular

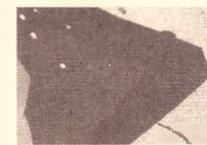


A habitação popular, além de uma aspiração generalizada, gera muitos empregos, assegura estabilidade familiar, não têm impacto negativo no balanço de pagamentos e desencadeia um grande impulso na economia. O grande desafio é construir uma parceria eficaz com a iniciativa privada e equacionar a questão do financiamento. A moradia popular assumirá a condição de prioridade como ocorreu historicamente no "New Deal". Será possível, com a mobilização de diferentes instrumentos de apoio, atingir metas expressivas no número de casas populares produzidas por ano.

A reforma urbana que agilize o acesso à propriedade imobiliária da população de baixa renda será decisiva para assegurar a prioridade à habitação. A segurança da propriedade do terreno na periferia das grandes cidades é fundamental para viabilizar o financiamento imobiliário e fomentar a construção civil popular. A modernização da legislação vigente e o envolvimento da justiça para agilizar a regulamentação das áreas em conflito, a partir da perspectiva de

democratização da propriedade, poderão cumprir um papel decisivo para o equacionamento da questão.

h) Apoio à economia solidária



Do ponto de vista do combate à pobreza é preciso distinguir dois tipos de pobres: os integrados à economia de mercado, ainda que de forma precária, e os que se encontram à margem dela. Para retirar da pobreza os que estão integrados é preciso elevar o nível de ocupação na economia, melhorar e tornar mais efetivo o cumprimento da legislação do trabalho e aumentar o salário mínimo. Mas, a aceleração do crescimento da economia não atingirá os pobres marginalizados a não ser em décadas, o que é eticamente intolerável.

Para arrancar os marginalizados desta situação não basta lhes transferir renda, embora programas de renda mínima e bolsa escola dêem - pelo menos aos mais jovens - chance de quebrar este círculo vicioso. É preciso lhes proporcionar meios de produção e os recursos culturais para poder empregá-los bem. No campo isto significa distribuir terra, capital em dinheiro para adquirir ferramentas, sementes etc., crédito e extensão agrícola. E a consciência de que a cooperação e ajuda mútua são imprescindíveis para o êxito econômico. Nas cidades não é diferente. É preciso mobilizar as comunidades marginalizadas, capacitá-las a se organizar, cooperar e interagir solidariamente. E lhes dar recursos materiais e intelectuais (tecnologia de produção, marketing, financeira etc.) para poder competir nos mercados.

É preciso proporcionar à economia solidária em construção condições objetivas de se financiar e criar mercados para sua produção. Para tanto o Banco Central deve rever a regulamentação sobre a criação e desenvolvimento de cooperativas de crédito e bancos do povo, que no mundo inteiro se tornaram reconhecidamente as bases de reprodução da pequena produção de mercadorias e da economia solidária.

O Banco Central, em colaboração com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, deve ajudar ativamente a construção duma rede de crédito solidário, que empreste aos pobres tanto para ajudá-los em situações de emergência como para lhes permitir trabalhar e ganhar a vida decentemente.

i) Programa de renda mínima



A instituição de uma renda mínima, associada à educação, como nos programas

bolsa-escola, que permita as famílias carentes enviar as suas crianças à escola, deve ser efetivada com a cooperação da União, dos Estados e dos Municípios, abrangendo todo o território nacional. Essa renda mínima associada à educação deve ser vista como um passo na direção da implementação, quando as condições fiscais permitirem, de uma renda básica que assegure a todos os brasileiros que necessitem o suficiente para suas necessidades vitais.

j) Tolerância zero com a fome

Não somos um país pobre, somos um país de muitos pobres devido à péssima distribuição da renda e exclusão social. Uma das conseqüências da desigualdade é a fome que ainda atinge parcelas da população e precisa ser erradicada do Brasil neste início de século. Estabelecer uma cesta básica de produtos que melhore progressivamente com o aumento da produção e políticas agressivas de distribuição de alimentos, especialmente para a população infantil, assumirão um caráter prioritário. Mas, além disso, será necessário adotar medidas de ampliação da produção e organização do abastecimento e distribuição de alimentos que previnam a ocorrência de crises decorrentes da expansão da demanda, estimulada pelas políticas de redistribuição de renda, ou de distorções na oferta de caráter especulativo ou político.

k) Universalização do ensino básico e aumento da escolaridade

O analfabetismo está para o século XXI como a escravidão para o século XIX.

Não é possível tolerar o analfabetismo neste contexto de tantas exigências no mundo do trabalho e no próprio exercício da cidadania. Temos cerca de 15,2 milhões de analfabetos absolutos (dados do MEC), e ainda 35 milhões de analfabetos funcionais. As crianças na faixa etária de 7 a 14 anos fora da escola superam os 2 milhões. Os índices de evasão escolar são ainda muito elevados. Para equacionar esses problemas precisamos desenvolver um programa de bolsa escola que atenda a 8 milhões de crianças

Não aceitamos a concepção neoliberal de que a educação é na sua essência uma forma de adestramento da força de trabalho. Queremos uma educação que promova a cidadania em todas suas dimensões. A qualidade do ensino também estará no centro das preocupações da nova política educacional. A meta de elevar a escolaridade média da população para 12 anos é absolutamente estratégica, além da universalização do ensino fundamental.

l) A defesa da vida na política de segurança pública

A violência cresceu de tal forma que a banalização da vida e a arquitetura do medo estão consolidadas no cotidiano da população. O país precisa de um amplo programa de combate à violência, ao narcotráfico e ao crime organizado. Uma nova concepção de segurança pública com reestruturação completa dos aparelhos policiais precisa ser implementada e será uma das políticas prioritárias na transição. A prevenção aos crimes e delitos e não apenas a repressão, acompanhada de um novo código penal e de revisão do sistema prisional inspirado por penas alternativas serão a base da nova política de segurança.

m) A política de saúde pública

O sistema único de saúde pública é uma grande conquista histórica da sociedade brasileira e precisa ser implantado na sua plenitude. O acesso da população aos medicamentos essenciais e de uso continuado, o fomento a produção de medicamentos genéricos e o impulso das políticas de saúde preventiva

farão parte deste compromisso essencial de defesa da vida.

n) Intransigência no combate à corrupção e sonegação

A credibilidade de um novo governo estará decisivamente associada ao compromisso com o combate implacável à corrupção. Este é um patrimônio fundamental na história do PT e que deve ser preservado a qualquer custo. Temos que desenvolver um conjunto de políticas que reconstrua os mecanismos de transparência, controle social e fiscalização do gasto público e das ações de governo.

Da mesma maneira não podemos fechar os olhos à sonegação que mina a arrecadação de impostos e taxas e cujo combate será também prioritário. A nossa concepção de justiça inclui um sistema tributário no qual todos paguem, eliminando-se a impunidade aos sonegadores e as anistias fiscais eleitoreiras.

o) Ciência, tecnologia e cultura



As universidades e os institutos de pesquisa são instituições complexas que detêm a síntese da capacidade intelectual, científica e cultural de uma nação. Por isto mesmo, não podem ser marginalizadas, desprestigiadas e isoladas do processo de desenvolvimento como está ocorrendo, mas devem ter sua função crítica e autonomia reforçadas. A questão do financiamento público da educação e da mobilização destes recursos para recuperar a capacidade endógena de produção de tecnologia é essencial para um novo padrão de inserção do país na globalização.

A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental de resgate da identidade do país. Essa atitude não se confunde com um nacionalismo estreito e se articula com a necessária abertura para culturas de todo o mundo. É essencial realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo pleno acesso de todos aos bens culturais, bem como a livre circulação de idéias e de todas as formas de expressão artística.

“A democracia representativa e participativa exige a desprivatização do Estado, a constituição de novas esferas públicas de controle social da sua ação e o controle democrático e social do mercado.”

IV. A CONSISTÊNCIA DO NOVO MODELO

4.1. Um novo contrato social pelas mudanças



Estamos propondo grandes mudanças estruturais para o país, que exigem o apoio político de amplas forças sociais, ou seja, um novo contrato social que dê suporte à nação e ao Estado brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social, portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e os especuladores serão atingidos diretamente pela política distributivista, e, como tal, não se beneficiarão do novo contrato social. Mas os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracterizam o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar segurança e previsibilidade para o capital produtivo.

Os trabalhadores já incorporados e aqueles a serem incluídos pelas políticas sociais e de crescimento são a base de sustentação do novo contrato social. Só isso permitirá incorporar a população em idade ativa ao emprego e aos direitos econômicos e sociais básicos que caracterizam o novo contrato social.

Os pequenos empresários e os setores médios vão se beneficiar diretamente do crescimento econômico e das novas oportunidades que se abrem, e indiretamente através do fim da violência social que está por toda parte e decorre da crise social e ética que atinge toda a sociedade. É evidente que o objetivo político prioritário do contrato social e de todas as mudanças que propomos é a inclusão dos excluídos, esta multidão desorganizada que quase não é produtora, consumidora e

cidadã. A sua própria organização sob a forma de economia solidária ou a sua incorporação ao trabalho remunerado e ao consumo de bens básicos os converteria em uma formidável força política cidadã. Assim, a criação de uma sociedade socialmente mais homogênea trará benefícios para todos e dará consistência ao processo de democratização do país.

Estamos propondo uma radical defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos. Queremos abrir caminho para a democracia representativa e participativa. E isto exige a desprivatização do Estado, a constituição de novas esferas públicas de controle social da sua ação e o controle democrático e social do mercado.

4.2. O social como eixo do desenvolvimento



O Brasil possui um dos piores padrões de concentração de renda do mundo e esta condição tem sobrevivido às mais diversas conjunturas históricas. Tivemos períodos de crescimento acelerado, com ou sem inflação, mas a concentração da renda se mantém ou se agrava como está novamente ocorrendo. Isto significa que não será possível reverter este quadro com políticas e instrumentos tradicionais.

A mudança no perfil de distribuição da renda só será materializada se for acompanhada pela transformação da estrutura produtiva em direção a um amplo mercado de consumo de massas. Estes dois movimentos precisam estar sincronizados e devem ser implementados de forma progressiva e sustentável na perspectiva de colocar o social como eixo do novo modelo de desenvolvimento.

A construção de uma sociedade mais homogênea social e economicamente exigirá a incorporação de cerca de 55 milhões de brasileiros que vivem em



condições de pobreza, uma tarefa monumental e muito difícil dado o peso das estruturas arcaicas de dominação e exclusão social. Esta dimensão é central para a repactuação social, porque não há futuro para a democracia com os níveis de marginalidade social presentes hoje no Brasil.



A primeira grande diretriz é lançar as bases de uma sociedade de bem estar social, onde o Estado desempenha um papel decisivo. Caberá a este último apropriar parte do excedente econômico disponível para financiar políticas sociais universais. Nosso problema é que o excedente econômico potencial, apesar de expressivo, torna-se insuficiente frente ao tamanho da dívida social acumulada e ao desperdício decorrente das políticas financeiras do Estado. A nossa perspectiva de colocar o eixo do desenvolvimento na questão social exige uma revisão completa das atuais políticas que colocam a dívida financeira e seus credores como centro de toda a ação e institucionalidade do Estado brasileiro. As dívidas financeiras não são as únicas dívidas do Estado, a dívida social é parte essencial desta equação e precisa ser resgatada.

Para garantir a centralidade do social no novo modelo através da ampliação consistente dos gastos será necessário realizar uma reforma tributária ampla, que desonere a produção, reduza os tributos sobre os assalariados e a classe média. É evidente que esta articulação entre reforma tributária e justiça social sofrerá resistências, mas ela é essencial para financiar as políticas sociais universais e promover a consistência social do programa.

Existe hoje consciência no Brasil quanto à inadequação do sistema tributário brasileiro e a urgente necessidade de reformá-lo. A estrutura produtiva brasileira permanece acorrentada por uma cadeia tributária antiga e contraproducente. É uma

verdadeira colcha de retalhos de impostos e taxas que incidem várias vezes sobre o mesmo produto, aumentando o custo Brasil. São tributos que colocam uma camisa de força no empresariado, encarecem as exportações e reduzem a renda do assalariado. Nesse sentido, o sistema tributário brasileiro é, ao mesmo tempo, ineficaz e concentrador de renda.

Os princípios de uma nova estrutura tributária estão claros e são aceitos tanto pelos empresários quanto pelos trabalhadores. Substituir tributos em cascata (como o Cofins), que incidem várias vezes sobre o mesmo produto, por um tributo sobre valor agregado, como o IVA. E ainda, reduzir a carga sobre os assalariados de baixa renda e da classe média, para aumentá-la sobre os altos rendimentos. É muito importante ampliar a base de arrecadação, de modo a distribuir melhor a carga fiscal. É imprescindível também, reduzir o número de impostos e taxas, como também esvaziar a guerra fiscal, cobrando o IVA no destino e não na origem.

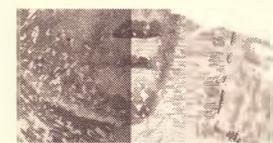
É perfeitamente factível agrupar tributos que incidem sobre os mesmos fatos geradores. IPI e ICMS podem ser unificados, desde que seja mantida a autonomia dos estados, respeitando-se o pacto federativo. Muitos tributos podem ser eliminados mediante a cobrança de alíquotas maiores dos novos impostos. Por exemplo, o imposto de renda da pessoa física no Brasil nivela ricos e pobres em apenas duas alíquotas, de 15 e 27,5%. É muito alto para os pobres e a classe média, que começam a pagar uma alíquota de 15% e irrisório para as rendas altas. Merece uma atenção especial dos legisladores. Deve começar com maior faixa de isenção e alíquotas reduzidas para os salários menores e atingir patamares maiores sobre as rendas milionárias, conforme ocorre na maioria dos países avançados.

O aumento da progressividade do Imposto de Renda da Pessoa Física e a

efetiva incidência do Imposto de renda da Pessoa Jurídica em setores como o bancário será garantido pelo combate à evasão e a elisão fiscal, com instrumentos como a movimentação bancária obtida com os dados da CPMF e quebra do sigilo fiscal. Estes mecanismos ajudarão a ampliar a base de arrecadação e impulsionar uma ampla reforma tributária.

É possível e viável, do ponto de vista tributário, ampliar a tributação sobre a riqueza, sobretudo na forma imobiliária. Essa taxação da riqueza incluirá a ampliação da progressividade nos impostos sobre a propriedade tais como o ITR e IPTU e sua efetiva cobrança.

4.3. A nova dinâmica econômica



Embora as condições internacionais, em especial a livre mobilidade dos capitais, a onda de inovações tecnológicas, e os novos padrões do investimento não permitam a reprodução integral do nacional-desenvolvimentismo, alguns de seus elementos podem e devem ser recuperados. Assim, em contraposição ao modelo fundado nas aberturas comandadas pelo mercado e na desregulação radical da economia doméstica, propomos um modelo de crescimento cujo eixo central será a ampliação do mercado interno, fundado na ampliação do consumo de massas e na universalização dos serviços públicos essenciais e, numa integração internacional realizada a partir de uma nova regulação da economia.

Um novo estilo de desenvolvimento, que tenha o social como eixo, estará centrado na ampliação da oferta dos serviços públicos de uso universal e dos bens básicos da cesta de consumo popular. Como tal, seu impacto sobre a capacidade para importar será bem menor do que seria a expansão do consumo das camadas de renda elevada, (que é grande demandante de importados) e por isso afetará menos as restrições

externas atualmente em curso. Estas são particularmente intensas num ciclo de crescimento guiado pelo investimento privado estrangeiro, dado o alto grau de desnacionalização da economia e dos correspondentes padrões de consumo e produção.

a) o papel do Estado



Constitui parte essencial do modelo, a definição de um novo

padrão de intervenção do Estado na economia. Este tem de ser feito em substituição tanto do modelo de coordenação do velho "tripé" do estado desenvolvimentista, quanto da atual situação de descoordenação e de intervenções "ad hoc". Este último padrão tem conduzido a miniciclos de consumo, de investimento e de exportações, que esbarram tanto em restrições internas, quanto externas tornando o crescimento insustentável.

O novo estilo de desenvolvimento implicará a necessidade de produzir formas de coordenação pública e privada que: 1) possibilitem taxas de crescimento mais altas do emprego e, da produção de bens e serviços consumidos por trabalhadores; 2) viabilizem atividades que teriam sua existência impedida pela operação pura e simples de uma economia de mercado; 3) induzam as empresas dos setores mais dinâmicos e de alta tecnologia a buscar maior equilíbrio nos seus balanços comerciais setoriais, de modo a não pressionar o balanço de pagamentos.

O primeiro ponto da ação do Estado refere-se à busca efetiva de uma melhor distribuição de renda. A produção de bens e serviços e a distribuição de renda são duas caras de um mesmo processo de desenvolvimento numa sociedade mercantil. Não se trata de primeiro crescer para depois distribuir e, muito menos de estabilizar para posteriormente crescer. Distribuir renda não significa portanto aplicar políticas sociais compensatórias (do

tipo Banco Mundial), e requer uma política de produção de bens e serviços, uma política de rendas e de pleno emprego e ainda a universalização das políticas sociais.

Afora um papel mais ativo na consecução dos objetivos relativos à distribuição, da renda, o Estado deverá desempenhar um papel estratégico nas atividades de infra-estrutura, financiamento, e ciência e tecnologia que são atividades centrais para a criação de externalidades e aumento da eficiência geral de qualquer sistema econômico.

O Estado não pode limitar as suas ações a administrar o curto prazo e as questões emergenciais, mas deve pautar-se por uma visão estratégica de longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica em reativar o planejamento econômico, para assegurar um horizonte mais longo para os investimentos. Para tanto será preciso implantar políticas ativas setoriais e regionais concebidas a partir de uma política industrial, agrícola e tecnológica.

No caso brasileiro, embora tenha havido um processo de privatização intensivo, há vários segmentos nos quais a presença de empresas públicas ainda é majoritária e deve ser preservada. Além do Petróleo, geração de Energia e de áreas típicas de serviços públicos como Saneamento e Transportes, o destaque é para a presença de importantes bancos estatais como o BNDES, a CEF e o BB, que podem se constituir numa significativa alavanca do crescimento. Para as demais atividades de infra-estrutura o papel das agências públicas reguladoras e de planejamento será essencial para afiançar seu crescimento.

b) a nova dinâmica do investimento

O êxito desse novo estilo de desenvolvimento dependerá do

suficiente dinamismo do investimento, capaz de assegurar uma trajetória estável de crescimento. Aqui cabe reconhecer que ao contrário do período nacional-desenvolvimentista, já não há mais um setor produtivo estatal de grandes dimensões capaz de, em articulação com o setor privado multinacional, assegurar a taxa de investimento necessária ao crescimento. Ao investimento público e estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário.



O alto grau de desnacionalização ocorrido na última década levaria

qualquer ciclo de crescimento comandado prioritariamente pelo investimento privado a depender fundamentalmente da entrada ou do reinvestimento do capital estrangeiro. Para evitar que isto leve a uma grande instabilidade, ou mesmo a um crescimento medíocre do investimento como vem ocorrendo nesta década, o Estado deverá mobilizar todos os instrumentos disponíveis com o intuito de ampliar o seu papel de coordenador e indutor da ampliação do investimento. Desse ponto de vista caberia definir claramente o papel e as tarefas das empresas multinacionais, das privadas nacionais e das empresas estatais e do gasto público, nas metas a serem alcançadas. A criação de externalidades e o aumento geral de eficiência do sistema e a expansão concomitante do investimento, do consumo de massas e das exportações, só serão possíveis se for criada uma nova capacidade de coordenação pública.

c) o padrão de financiamento

Apesar da crescente desnacionalização e privatização do setor financeiro brasileiro ocorrida no período recente, há ainda elementos neste sistema que podem

e devem ser recuperados na construção de um novo modelo de financiamento. O primeiro deles refere-se às instituições especiais de crédito tais como o BNDES, a CEF o BB o BNB e o BASA. Essas instituições, presentes também nos países capitalistas avançados, são essenciais para o financiamento de atividades de maior risco (agricultura; inovação tecnológica; pequenas e médias empresas, comércio exterior) ou de setores com prazo de retorno mais longo prazo (infra-estrutura; habitação).

O segundo princípio, que decorre parcialmente da própria existência das instituições especiais de crédito, mas que pode e deve ser estendido às instituições privadas é o do crédito dirigido. Através dos vários instrumentos desse último (exigibilidades, redesconto seletivo) pode-se conseguir um maior envolvimento do sistema privado no financiamento da produção e do crescimento.

16



O terceiro princípio relevante é o da ampliação da poupança

doméstica de longo prazo. O Brasil tem uma experiência significativa e de relativo sucesso com os fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS-PASEP; FAT) que constituíram e constituem a única base de financiamento de longo prazo da economia nacional. Uma gestão mais eficaz e transparente desses fundos, acompanhada de novas prioridades na alocação de recursos, certamente alongaria o horizonte de um processo do crescimento sustentado. A maior formalização do emprego ampliaria os recursos dos fundos e permitiria alavancar o financiamento de longo prazo. A constituição de uma previdência pública complementar sob regime de capitalização daria também a oportunidade de direcionar recursos adicionais para as instituições especiais de crédito, reforçando os seus fundos emprestáveis.

4.4. A macroeconomia do novo modelo

A construção de um novo marco macroeconômico terá fatalmente de orientar-se para superar as restrições que na atualidade condicionam a dinâmica da economia brasileira. Mantidos os objetivos centrais do novo modelo de desenvolvimento, quais sejam, a obtenção e sustentação de taxas de crescimento e emprego mais elevadas e a incorporação das parcelas excluídas da sociedade a um padrão civilizado de acesso a bens e serviços, o novo marco macroeconômico se estruturaria em torno a três vetores principais:

a) redução da vulnerabilidade externa

A redução da vulnerabilidade externa possui duas dimensões distintas, a financeira e a comercial. De um lado é necessário reduzir a dependência do país dos fluxos de capitais externos, sobretudo os de natureza especulativa. De outro, é preciso diminuir de forma rápida e continuada o déficit em Transações Correntes através da obtenção de saldos comerciais crescentes e melhoras na conta de serviços.

Com relação à abertura financeira, é necessário desestimular os fluxos de capitais de maior volatilidade, e reorientar o IDE. Para acelerar a incorporação de novas tecnologias, e melhorar a inserção comercial, a política econômica deverá privilegiar a reorientação do IDE, corrigindo as distorções do passado recente, tais como o caráter prioritariamente patrimonial e o direcionamento para a produção de bens e serviços não comercializáveis.

Ou seja, ao IDE, conjuntamente com o capital privado nacional, caberá melhorar a qualidade da integração comercial e financeira com o exterior, no marco de uma política de seletividade que favoreça o aumento das exportações, a substituição de importações, a expansão e integração de nossa

indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico.

Para corrigir os desequilíbrios oriundos da abertura comercial será necessário rever a estrutura tarifária, e criar proteção não tarifária para determinadas atividades. A correção desse desequilíbrio se fará através de uma política comercial com caráter seletivo. Ou seja, será necessário criar novas atividades geradoras de divisas e incentivar as empresas implantadas no país para que cumpram a função de substituir importações, ampliar exportações e reinvestir internamente os seus lucros.

Papel fundamental terá também a implementação de uma política externa de defesa comercial ativa, que proteja o país contra práticas desleais de concorrência e agressões econômicas e preserve os interesses nacionais nas transações bilaterais e nas relações com os organismos multilaterais. As ações nessa esfera complementarão as políticas direcionadas à diversificação de mercados, ao fortalecimento de esquemas de integração comercial e econômica entre os países latino-americanos e à desconcentração e diversificação do setor exportador brasileiro.



Em resumo, a redução da vulnerabilidade externa será conseguida

estimulando-se a reorientação do IDE e, principalmente, através do estímulo ao crescimento das exportações e substituição de importações cujo efeito em médio prazo será a supressão do déficit comercial e sua substituição por um superávit. O fomento ao turismo e a reconstrução de uma frota para reduzir os gastos com frete serão complementares a este imenso esforço de redução do déficit em transações correntes do país.

A dívida externa privatizada não contará mais com os diversos mecanismos de estatização e

socialização dos riscos e prejuízos. A dívida externa pública, de cerca de U\$ 90 bilhões, será objeto de um grande esforço de renegociação, no sentido de permitir um alívio nas contas públicas para acelerar os programas de investimentos e políticas sociais. A implantação de mecanismo de proteção contra a entrada de capitais especulativos será parte deste processo de superação da fragilidade externa. Somente estes resultados permitirão que o país supere a vulnerabilidade e perca a condição de refém do mercado financeiro globalizado.

b) reversão da fragilidade fiscal



A consistência da política fiscal é outra pedra angular de sustentação do

novo modelo. Do nosso ponto de vista ela significa antes de tudo a preservação da solvência do Estado, entendida como um limite de comprometimento das receitas com o pagamento de juros da dívida pública, e de sua capacidade de realizar políticas econômicas e sociais ativas. O compromisso fundamental do Estado é com o desenvolvimento, o resgate da dívida social e a universalização dos serviços básicos.

A consistência fiscal não pode, portanto, ser confundida com a atual política fiscal do Governo, que transformou os juros na pedra angular do desequilíbrio das contas públicas, fazendo com que o Estado se endividasse absolutamente para nada, salvo transferir recursos para os rentistas daqui e do exterior. Não pode também guardar semelhança com o atual ajuste fiscal que, na tentativa de corrigir esse desequilíbrio, lança mão das elevações "ad hoc" da carga tributária através de impostos e contribuições de caráter regressivo, e executa cortes expressivos e indiscriminados, inclusive em gastos sociais.

Da perspectiva da manutenção da solvência do Estado, a atual política é inconsistente, posto que se limita a

uma meta puramente quantitativa, cuja expressão é uma relação dívida/PIB da ordem de 50%. Os limites para ampliações da dívida pública dependem da taxa de crescimento do PIB, da taxa de juros incidente sobre o estoque e dos prazos da dívida. Isto faz com que este seja o mais variável e elástico de todos os indicadores fiscais numa comparação entre países. Por isto, é necessário explicitar que a maior ameaça ao desequilíbrio fiscal e ao descontrole do endividamento público no Brasil origina-se, atualmente, de choques de juros, em razão de seu patamar permanentemente elevado e do caráter pós-fixado de maior parcela do estoque da dívida. Uma redução das taxas de juros ou uma melhora no perfil da dívida permitirão um comprometimento menor das receitas fiscais com o serviço da dívida mesmo diante de um maior endividamento.

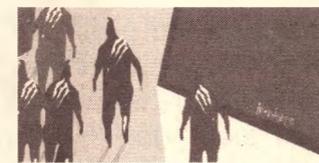
Não cabe tampouco subordinar as metas de déficit público exclusivamente à viabilização desse limite de endividamento como é feito nas metas do acordo com o FMI. A idéia subjacente a este tipo de postura é a de que o aumento de gastos de qualquer natureza, mesmo os sociais ou de investimento, terá que necessariamente ser compensado por redução em outros gastos para evitar a ampliação do endividamento. Pela mesma razão, aumentos da carga de juros que possam significar dívida adicional terão de ser compensados pela geração de superávits primários. Esses ajustes realizam-se, no mais das vezes, sem atentar para a qualidade das receitas adicionais e dos gastos suprimidos. É necessário deixar claro que há gastos públicos que não podem ser comprimidos pois deterioram expressivamente a situação social ou inviabilizam o próprio crescimento sustentado do país.

Dado o objetivo mais geral e de longo prazo de manter a solvência do Estado, cabe preservar um aspecto essencial do gasto público, qual seja, o seu papel anticíclico e estimulador do crescimento econômico. Do ponto de vista cíclico a evolução do déficit

público não pode estar sujeita a metas de longo prazo ou a concepções anacrônicas que postulam um permanente orçamento equilibrado. Sua melhor contribuição para a preservação do equilíbrio das finanças públicas será através da maximização da taxa de crescimento do PIB e da estabilidade macroeconômica. Assim a consistência macroeconômica será obtida através da fixação, em cada conjuntura particular, de um valor do déficit público que compense a insuficiência da demanda efetiva oriunda do déficit externo ou da contração do investimento privado. Induz-se dessa forma o pleno emprego e a maximização das receitas fiscais.

Por fim, cabe considerar que a redução da fragilidade externa deverá promover uma redução das taxas de juros cobradas nos financiamentos externos, com efeitos positivos sobre a taxa de juros doméstica de curto prazo que influencia o custo de financiamento da dívida pública. Desta forma, estar-se-ia reduzindo a carga de juros, o elemento central de pressão sobre o crescimento da dívida pública, reduzindo a imprevisibilidade da sua trajetória.

c) consolidação da estabilidade inflacionária



A estabilidade inflacionária foi de fato a única grande conquista do

atual modelo econômico, embora com sacrifício de outros objetivos relevantes como o crescimento econômico, o nível de emprego, a solidez das finanças públicas e das contas externas.

A manutenção da estabilidade inflacionária em bases diferentes, num contexto de crescimento com distribuição de renda e redução dos desequilíbrios externos, é uma tarefa sumamente complexa, que requererá uma articulação governamental com outras esferas privadas da economia e da sociedade. A coordenação é particularmente importante no que se refere à expansão da produção dos

setores de demanda mais elástica ou que apresentem rigidez para o aumento da oferta no curto prazo; ao crescimento da produtividade, que possibilite a absorção dos custos salariais adicionais e a elevação da competitividade nos setores exportadores; à remoção dos gargalos existentes na infra-estrutura de energia, transporte, armazenamento e comercialização, para citar somente os aspectos relativos à economia real.

O aumento da proteção econômica de certas atividades não significa fechamento da economia, nem pode autorizar a ampliação do grau de monopólio e as margens de lucro das empresas instaladas no país. A melhor garantia de que isto não ocorra é a sustentação do crescimento dos salários, acompanhando o aumento da produtividade, com expansão do investimento e da produção. Além das tradicionais câmaras setoriais, sempre defendida pelo movimento sindical combativo, é fundamental aumentar a eficiência da atividade reguladora do Estado e fiscalizadora da sociedade civil na defesa dos consumidores.

Em resumo, a concorrência não deve se verificar apenas no plano das mercadorias, mas também no dos investimentos e deve ser acompanhada da coordenação política de decisões macro-estruturais. Nestas condições, as decisões empresariais serão guiadas por um mercado regulado e em expansão e serão induzidas a aumentar os investimentos e ganhar produtividade, repassando estes ganhos aos preços.

Por fim, o retorno da indexação formal de preços, salários e ativos financeiros, não será tolerado, à exceção do salário mínimo e dos contratos de financiamento de longo prazo. Isto eliminará o risco de propagação de eventuais choques inflacionários ou da volta da inflação inercial. A indexação informal, utilizando o câmbio e mais precisamente o dólar como referência será desestimulada pela progressiva melhoria das contas externas.

A construção destas metas e objetivos deve envolver uma ampla participação da sociedade.

V. A CARTA DE RESPONSABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL

O Brasil está sendo mais uma vez monitorado por um organismo multilateral que é o FMI. As Cartas de Intenções do governo FHC com esta instituição estabelecem metas macroeconômicas que são monitoradas pelas equipes do fundo, dentro da perspectiva monetarista e ortodoxa que marca a atuação deste organismo. Toda uma blindagem institucional está sendo construída para assegurar o sentido do ajuste estrutural estabelecidos pelos compromissos do governo brasileiro com o sistema financeiro internacional.

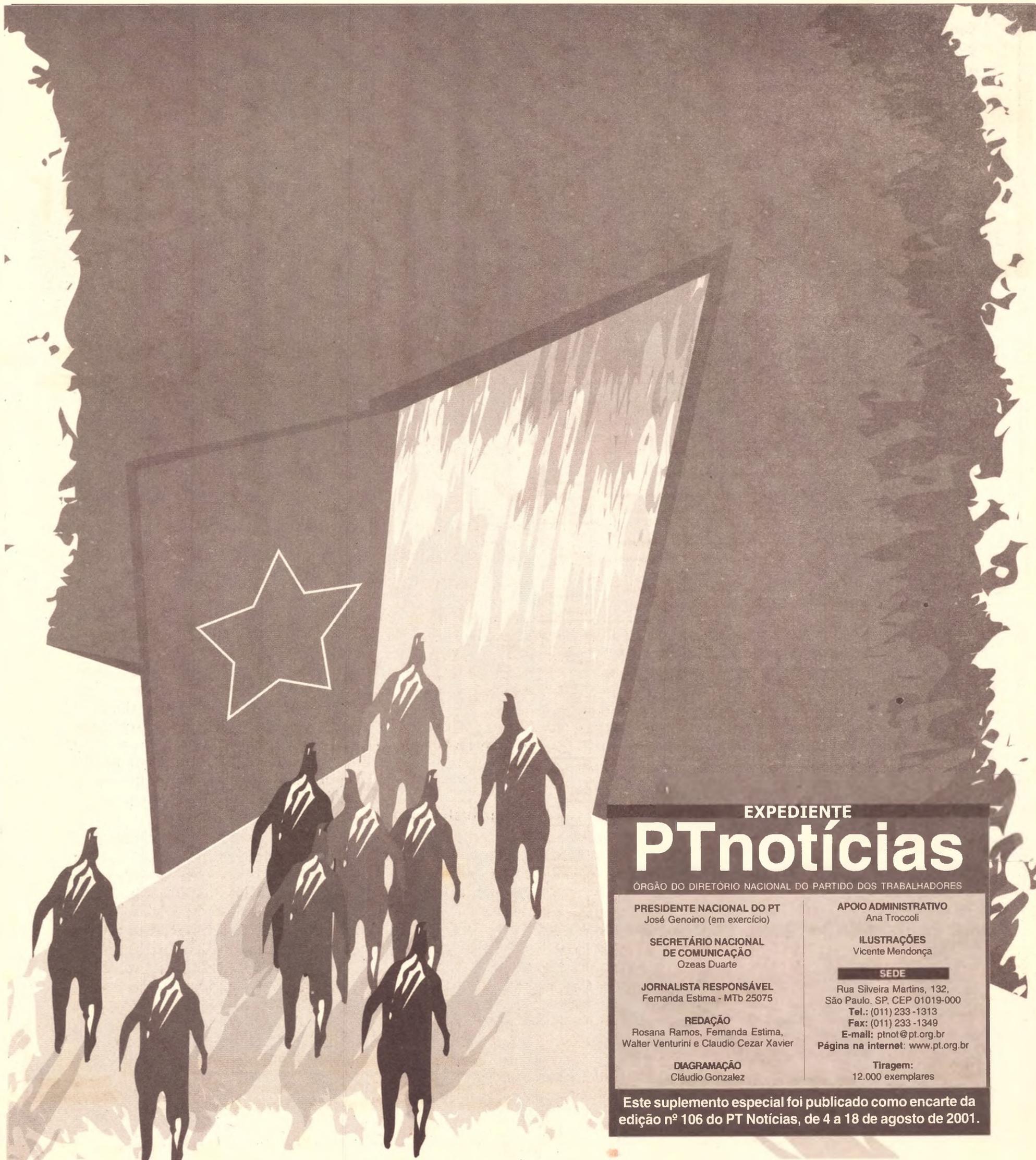
Nós queremos reverter totalmente esta perspectiva. Estamos propondo, que anualmente se estabeleça uma Carta de Responsabilidade Econômica e Social com a sociedade brasileira. Esta Carta deve conter todos os principais objetivos sociais e econômicos, tais como redistribuição de renda, geração de emprego e formalização das relações de trabalho, volume de recursos para a educação e saúde, bolsas escolas oferecidas, taxa de matrículas escolares nos diversos níveis, indicadores de saúde pública esperados, taxa de crescimento do PIB, metas de inflação, evolução das contas

externas e públicas e outras variáveis essenciais que reflitam o desenvolvimento social e o desempenho macroeconômico do país.

A construção destas metas e objetivos deve envolver uma ampla participação da sociedade. Instrumentos como as câmaras setoriais para articular toda a cadeia produtiva dos diversos setores, os conselhos de saúde, educação e assistência social devem participar ativamente, assegurando o acesso da sociedade civil à formulação das políticas públicas. As audiências públicas periódicas no Congresso Nacional permitirão o acompanhamento e transparência das políticas de governo. As agências de regulação dos setores de serviços públicos essenciais e o próprio Banco Central terão seus mandatos orientados pelas diretrizes da Carta. Caberá sim ao Banco Central defender a moeda nacional e assegurar as metas inflacionárias, dentro desta perspectiva econômica e social mais ampla que o governo popular formulará a partir da Carta de Responsabilidade Econômica e Social.

Instituto Cidadania





EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoíno (em exercício)

**SECRETÁRIO NACIONAL
DE COMUNICAÇÃO**
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Fernanda Estima - MTb 25075

REDAÇÃO
Rosana Ramos, Fernanda Estima,
Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier

DIAGRAMAÇÃO
Cláudio Gonzalez

APOIO ADMINISTRATIVO
Ana Troccoli

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132,
São Paulo, SP, CEP 01019-000
Tel.: (011) 233-1313
Fax: (011) 233-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br
Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem:
12.000 exemplares

Este suplemento especial foi publicado como encarte da edição nº 106 do PT Notícias, de 4 a 18 de agosto de 2001.



www.pt.org.br



- agência de notícias ■ artigos ■ eventos
- banco de dados ■ TV ■ rádio ■ pesquisas

No portal do PT você tem acesso a informações em tempo real, o dia-a-dia do partido no Congresso Nacional, nos governos e movimentos sindicais e sociais. Além de banco de dados sobre os diretórios, mandatos e projetos das administrações petistas.

Visite o portal e conheça ainda a TV e Rádio PT, pesquisas, artigos e informações das secretarias nacionais

O endereço é www.pt.org.br

Cadastre-se no portal e receba grátis todos os dias, por e-mail, o boletim eletrônico *Linha Aberta*, com as repercussões de líderes petistas e personalidades dos fatos nacionais e internacionais.



PT
PARTIDO DOS
TRABALHADORES



UMA CAMPANHA DO PT E DO POVO BRASILEIRO

Secretaria Nacional de Comunicação

Rua Silveira Martins, 132, Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000
Telefones: (11) 233-1367, 233-13222 - E-mail: comunic@pt.org.br

